



L. Brejnev e A. Cunhal e as delegações do PCUS e do PCP durante o encontro realizado em Moscovo

Delegação do PCP na União Soviética

- Comunicado sobre o encontro em Moscovo das delegações do PCUS e do PCP

(Pág. 3)

- Nesta edição: discurso de Álvaro Cunhal na sessão comemorativa do centenário do nascimento de Jorge Dimitrov, em Sofia (Bulgária)

(Pág. 3)

Encontro da APU em Lisboa

POVO UNIDO



(Pág. 6)

Ler no Suplemento

- Têxteis do Norte: depoimento sobre a repressão
- Palestinos: o drama
- Caparica: as praias da Costa às costas da Câmara de Almada
- Reforma Agrária: o trabalho e os crimes
- Transportes: que lugar no sistema produtivo?
- Índios americanos: a luta pela liberdade
- Moçambique: os vinte anos da FRELIMO
- Hungria: operários na Universidade
- Etiópia: a revolução também ensinou a ler
- João Martins: exposição na Festa

Suplemento / Avante!



O PCP e a revisão constitucional



- Entrevista com Carlos Brito

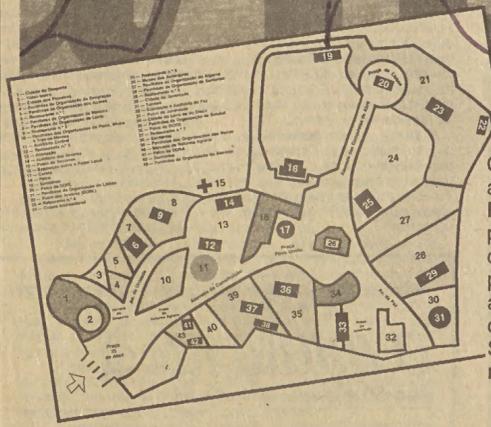
(Pág. 5)

A Festa é na próxima semana!

PRO
GRA
MA

Alto da Ajuda
2, 3 e 4 de Julho
1982

Festa
do Avante



Como habitualmente nas vésperas da Festa, ainda esta semana será posto à venda o Programa da Festa - uma revista de 80 páginas (cujas 1.ª página junto reproduzimos) contendo, além do programa da Festa propriamente dito, nomeadamente as actuações no Palco 1, valiosa e variada colaboração acerca do grande acontecimento. Sobre o qual damos nesta edição mais novidades.

(Pág. 7)

SEMANA

16 Quarta-feira

A CGTP-IN denuncia as consequências da desvalorização do escudo e adverte para o aumento da luta de massas se o governo AD se mantiver em funções. ■ Delegados e activistas sindicais das empresas de construção e reparação naval decidem marcar para dia 23 uma marcha dos seus locais de trabalho até S. Bento em protesto contra as manobras para destruir o sector. ■ O MEU afirma que as operações de pré-candidatura no ensino superior estão a decorrer normalmente, o que é desmentido pelas anormais aglomerações de estudantes, inseguros quanto à sua aceitação. ■ O embaixador de Israel em Lisboa insulta os jornalistas portugueses que assinaram um documento de protesto contra a agressão sionista ao Líbano, acusando-os de "duplicidade moral". ■ O chanceler austríaco Bruno Kreisky qualifica o governo de Israel de "semi-fascista" e defende que o Partido Trabalhista israelita seja expulso da Internacional Socialista por ter apoiado a invasão do Líbano.

17 Quinta-feira

Salgado Zenha anuncia que vai impugnar a decisão da Comissão Nacional do PS que o "convidou" a demitir-se de líder parlamentar dos socialistas. ■ O Grupo Parlamentar do PSD solicita à Comissão Política Nacional daquel partido uma reunião conjunta para debater a questão da votação dos dois projectos de amnistia que abrangem os presos do PRP. ■ O Governo AD aprova um novo "pacote legislativo da Função Pública". ■ A agência Tass afirma que o embargo americano não atrasará a construção do gasoduto soviético para a Europa ocidental, cujo funcionamento deverá começar em 1984. ■ Os presidentes da Guiné-Bissau e Cabo Verde afirmam em Maputo o seu interesse em normalizar as relações entre os dois países. ■ Mais dois deputados da UCD abandonam o partido no poder em Espanha, que conta agora apenas com 149 deputados dos 168 no início da legislatura. ■ Dois altos funcionários da OLP são assassinados em Roma.

18 Sexta-feira

O Governo decreta novos aumentos dos preços dos combustíveis, e a segunda vez em seis meses que tal sucede, com os inevitáveis aumentos generalizados de todos os bens de consumo. ■ A União dos Sindicatos de Lisboa anuncia a realização de uma semana de esclarecimento e mobilização popular para uma acção de massas a aprovar no próximo Plenário Nacional da CGTP-IN. ■ O ministro das Finanças e Plano, João Salgueiro, admite que existe uma crise de habitação em Portugal, mas considera que "a culpa é da Constituição". ■ Os países socialistas criticam o discurso de Reagan na Assembleia Geral das Nações Unidas, considerando-o como um retorno à "guerra fria". ■ Leopoldo Galtieri é forçado a demitir-se, enquanto se abre na Argentina uma nova etapa na luta pela democratização do país. ■ Continuam por toda a parte manifestações contra a agressão sionista no Líbano, ao mesmo tempo que Washington e Israel procuram impor um novo tratado de Camp David: Israel afirma que as tropas sionistas não retirarão ainda disse.

19 Sábado

O MDP/CDE decide propor ao PR a demissão imediata do Governo. ■ A APU reúne em Lisboa para debater, a nível distrital, as próximas eleições autárquicas. ■ A Convenção Democrática, reunida em plenário, apela a todos os democratas para que se empenhem na defesa da Constituição da República. ■ Forças sionistas atacam o norte do Líbano: uma manifestação na capital egípcia contra a política de Israel é violentamente reprimida pela polícia do regime de Mubarak. ■ Haig e Gromyko debatem em Nova York questões do controle de armas nucleares, no âmbito da preparação do encontro de Genebra do próximo dia 29, sobre a redução das armas estratégicas "START".

20 Domingo

Ángelo Correia anuncia que as eleições autárquicas serão marcadas para 5 de Dezembro. ■ Começa em Lisboa o FESTI-NATEL-82, um festival internacional de folclore que o Inat promove pela terceira vez. ■ O Presidente da República visita Vila do Conde onde salientou a importância da "participação democrática de todos os cidadãos" na resolução dos problemas colectivos. ■ Os soviéticos elegem os deputados dos Sovietes do Povo e os juizes dos tribunais populares. ■ A rádio "Vencemos" da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional anuncia a captura do vice-ministro da Defesa salvadoreño, inicialmente dado como morto pelos guerrilheiros. ■ Milhares de pessoas desfilam em Paris numa manifestação pela Paz e contra a corrida aos armamentos.

21 Segunda-feira

Pinto Balsemão anuncia as esperanças do Governo AD de que exista em Portugal, até ao fim do ano "uma lei que autorize os bancos privados". ■ Apoiantes dos presos do PRP ocupam durante cerca de uma hora dois caçilheiros, com o objectivo de alertar a opinião pública para aquela questão. ■ A União dos Sindicatos do Porto afirma em conferência de imprensa que os transportes colectivos do Porto continuarão em luta por salários dignos; os trabalhadores entram amanhã mais uma vez em greve. ■ Enrico Berlinguer insiste na necessidade da entrada do PCI no governo, como "alternativa democrática" à crise italiana. ■ O dirigente sionista Begin é recebido na Casa Branca por Ronald Reagan.

22 Terça-feira

Despedimentos temporários para atrair o capital estrangeiro a Portugal - a política é anunciada por Alexandre Vaz Pinto, presidente do Instituto do Investimento Estrangeiro, na Fundação Gulbenkian, numa conferência organizada pelo "Financial Times". ■ Inicia-se no Porto a greve de três dias dos trabalhadores do sector de movimento do Serviço de Transportes Colectivos (STCP), decretada como forma de luta pelo estabelecimento da paridade com a Garris, de Lisboa. A adesão neste primeiro dia, tal como em anteriores greves, foi de 100 por cento. ■ A Comissão Política do PS reúne-se para discutir o "caso Zenha" e nomeadamente a sua posição face ao Grupo Parlamentar. A Comissão é na sua maioria afectada a M. Soares. ■ Reformados concentram-se junto à Assembleia da República como forma de luta pela aprovação do seu caderno reivindicativo, no qual se inclui o aumento das pensões. ■ As forças militares de Israel que ocupam o Líbano lançam ataques aéreos e terrestres contra tropas sírias presentes no Líbano em cumprimento de um mandato da Liga Árabe. Na estrada Beirute-Damascus prosseguem violentos combates. ■ Em Buenos Aires é revelado que o exército argentino assumirá sozinho a responsabilidade do novo governo se não se chegar a um acordo nas próximas horas entre os três sectores das FA's para a escolha do novo presidente da República.

Editorial

O MOVIMENTO POPULAR DE MASSAS TEM UMA PALAVRA A DIZER

A demissão do Governo 'AD/Balsemão/Freitas do Amaral, a dissolução da Assembleia da República, a formação de um governo de gestão idóneo e a convocação nos prazos constitucionais de eleições antecipadas são passos necessários para pôr cobro imediato à política de desastre nacional para onde o País está a ser arrastado pela continuação do Poder da Aliança reaccionária.

Uma ameaça real de ruína económica e de bancarrota financeira toma vulto; a insegurança e a desestabilização social timbram o drama diário da existência dos trabalhadores; a fascização crescente do Poder e a degradação das instituições põem em perigo a democracia; a submissão servil do Governo 'AD' aos interesses económicos e aos objectivos estratégicos do imperialismo e dos monopólios comprometem cada vez mais a Paz e a independência nacional dos portugueses.

Este quadro não é negro porque os comunistas o pintem de negras tintas. Todos estão em condições de o comprovar nas realidades do dia-a-dia da vida do País.

A continuação no Poder da Aliança reaccionária carece já hoje nitidamente da disculpa da legitimidade com que obteve a maioria parlamentar e ascendeu ao Governo.

A demagogia do programa eleitoral da 'AD' estalou o verniz e mostrou a sua verdadeira essência antipopular; a sua base de apoio político e social restringiu-se de maneira drástica e retirou-lhe actualmente qualquer veleidade maioritária na sociedade portuguesa.

Uma última remodelação do Governo teria possibilitado a remoção da 'AD' das cadeiras do Poder sem outros solavancos.

Factores externos à coligação explicam, contudo, a sua manutenção nas condições actuais como força governante. Por um lado, a incompreensível indecisão dos órgãos de soberania que escapam ao seu controlo. Por outro lado a acção divisionista e castradora das forças democráticas conduzida por Mário Soares e o seu grupo à frente do PS.

Esta acção é uma forma das mais preveras da aliança de facto com a direita do PS/Mário Soares em terrenos que ultrapassam no plano político os termos do conluio já conhecido entre as duas formações para a revisão inconstitucional e antidemocrática da Constituição.

A aliança, encapotada, mas de facto, do PS/Mário Soares com a direita enche de indignação todos os verdadeiros democratas e naturalmente a grande massa dos socialistas que aspiram à defesa do regime democrático e à continuação e consolidação do 25 de Abril.

As proporções atingidas pela crise interna do PS, patentes na reunião e nas decisões de ontem da sua Comissão Política com a suspensão de Salgado Zenha, denotam a profundidade do mal-estar nas fileiras do PS.

As indecisões e a falta de iniciativa política a nível dos órgãos de soberania, as divisões e as traições no campo democrático, prolongam os sofrimentos do Povo português e os perigos para a democracia.

Sem estes factores externos à 'AD' já o Governo Balsemão/Freitas estaria demitido, já o processo da sua substituição no Poder estaria em curso, já o caminho para uma alternativa democrática estaria aberto, já os perigos de uma revisão inconstitucional da Constituição estariam conjurados.

A desvalorização do escudo na última semana, a escala surpreendente em que foi efectuada, as suas consequências imediatas no agravamento das condições de vida do Povo português e na situação económica e financeira do País, puseram em relevo o cinismo e o desprezo dos governantes 'AD' relativamente aos problemas que mais afectam a vida do Povo.

A desvalorização da moeda foi a primeira medida significativa do Governo 'AD/Balsemão/Freitas do Amaral (recau-

chutado) - um novo e grave passo na linha de continuidade da política antipopular dos governos 'AD'.

A política de desastre nacional praticada pela coligação governante torna a economia do País extremamente vulnerável ao mais pequeno estirão da crise geral do sistema capitalista mundial.

A crise monetária internacional, agravada pela hegemonia do dólar, é uma componente da crise do sistema capitalista que proporciona aos grandes especuladores do mercado cambial lucros fabulosos.

A desvalorização recente do franco francês arrastou novas sacudidelas no sistema monetário internacional que afectam sobretudo os países economicamente frágeis da área da OCDE, como é o caso de Portugal.

O Governo 'AD/Balsemão/Freitas, onde pontifica na orientação da política económica o superministro dos Melos da ex-CUF, João Salgueiro, não se limitou a acompanhar a desvalorização do franco francês. Foi mais longe.

Agravou ainda em 3,5% a desvalorização do escudo em relação ao franco, o que, entre outras coisas arrastou a desvalorização de 9,5% em relação ao dólar, de 13,75% em relação ao marco e ao florim, de 6,75% em relação à lira.

Como operação antinacional no processo integracionista de Portugal na CEE - que Balsemão na segunda-feira, na Gulbenkian, voltou a classificar de "prioridade básica", "escolha económica" e sobretudo "opção política fundamental" - pôde-se dizer que é uma nova curvatura de espinha do Governo 'AD' face aos potentados do Mercado Comum.

A economia portuguesa, sob o Governo 'AD/Balsemão/Freitas atingiu o ponto mais agudo da crise. O economista alemão, da CEE, Karl Heinz Sohn, traçou na Gulbenkian um quadro sombrio da nossa situação económica e financeira e fez paternalmente as suas "recomendações" ao Governo português.

O ministro João Salgueiro, que repetiu as suas teorias tecnocráticas em defesa da desvalorização do escudo, disse que os "conselhos" de Heinz "tinham bons ouvidores em Portugal". Nas previsões rosadas do superministro da Economia, Finanças e Plano, Portugal vai agora cair num mar de exportações com a desvalorização do escudo...

Não disse que a dívida externa portuguesa (que é paga em dólares e que em fins de Março atingiu os 770 milhões de contos, à cotação do dólar a 71526) passou automaticamente - e abstraindo os agravamentos sofridos nos últimos três meses - para mais de 903 milhões de contos (à cotação actual do dólar a 83565)! Aliás ultrapassou já os 1000 milhões de contos com os agravamentos sofridos desde Março!

E quanto às exportações, temos para já - como disse Freitas do Amaral no Brasil ao salientar as boas condições de Portugal para o investimento estrangeiro - uma boa "mercadoria", extremamente barata, para oferecer no mercado externo ao capital financeiro internacional: a mão-de-obra portuguesa!

São, na verdade, as classes trabalhadoras da cidade e do campo as que mais vão sofrer as consequências da desvalorização do escudo, de imediato com uma nova quebra dos salários reais. A curva dos preços acentuar-se-á inevitavelmente com a política da 'AD'.

Os portugueses que já em 1980 despendiam cerca de 53 milhões de contos na importação de produtos agrícolas vão passar a pagá-los agora a preços muito mais elevados. O custo de vida vai ter novas subidas em flecha que o recente aumento dos combustíveis não deixará de incentivar.

Correr com o Governo 'AD/Balsemão/Freitas do Amaral é a primeira condição para o saneamento da economia nacional e da situação dos trabalhadores e pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes, vítimas privilegia-

das da ruína política económica e financeira de Balsemão, Freitas, Salgueiro & C'.

O agravamento da crise económica e financeira e a inevitável agudização dos conflitos sociais "emolduram" as discussões da revisão constitucional na Assembleia da República e o agravamento da crise interna do PS, que lhe aparece estreitamente associada.

Mário Soares e o seu grupo à frente do PS desencadearam uma verdadeira operação de saneamento para amputarem do grupo parlamentar socialista os deputados que não se dispõem a aceitar o suicídio da democracia e do próprio PS implícitos na aliança "revisora" com a 'AD'.

É hoje fora de dúvida que a aliança do PS/Mário Soares com a 'AD' ultrapassa os limites da revisão constitucional e se estende ao plano legislativo post-revisão e mesmo a um eventual governo de gestão no caso de uma possível dissolução da Assembleia da República pelo Presidente Eanes e de convocação de eleições antecipadas.

Balsemão, que é incapaz de esconder um "segredo" comprometedor... para o PS, deu claramente a entender na conferência da Gulbenkian, organizada pelo "Financial Times", que o Governo vai de novo fazer votar a celerada lei dos limites dos sectores, que as mudanças na Constituição irão originar o fortalecimento do sector privado e a reprivatização de empresas do sector público e nacionalizado - embora considere "impossível reprivatizar algumas", naturalmente as pouco rentáveis - e que no Ontono irá abrir as actividades do sector bancário (nacionalizado) a "competitividade dos bancos estrangeiros".

Quente com as garantias dadas por Mário Soares - que além disso se mostrou também favorável a uma nova reconsideração da lei dos limites, à saída da sua reunião à porta fechada com os grandes industriais do Norte - Pinto Balsemão disse que o processo da revisão constitucional não será completo mas que os objectivos económicos da 'AD' serão alcançados no essencial.

Cada vez mais os deputados do PS, indispensáveis para os dois terços da revisão 'AD', estão colocados diante de um grave dilema e de uma grave responsabilidade: vão prestar-se à consumação do plano subversivo da 'AD' pela via da revisão constitucional?

Claro que os governantes da 'AD' e os seus aliados do PS/Mário Soares avançam eufóricos para a revisão inconstitucional e antidemocrática da Constituição como se já a tivessem no papel que a nível parlamentar quer a nível da opinião pública.

Esqueçam dois factores, um deles determinante - o movimento operário, popular e democrático de massas - o outro a própria dignidade da maioria dos deputados do PS cuja opção de voto nas alterações constitucionais acordadas entre o grupo Mário Soares e a 'AD' não é líquida.

A defesa da Constituição a nível da Assembleia da República é de extrema importância. A remoção do Governo 'AD/Balsemão/Freitas no plano das instituições é uma iniciativa necessária.

Mas o Povo português, e de maneira particular os trabalhadores, têm uma palavra decisiva a dizer.

A decisão do plenário da CGTP-IN de levar por diante uma grande acção de massas para cortar o passo aos inimigos do regime democrático e do 25 de Abril merece todo o apoio dos trabalhadores, das forças democráticas, de todo o Povo português.

Que a 'AD', e o seu Governo antipopular e antinacional de Balsemão e Freitas, que os divisionistas do PS/Mário Soares tenham em boa conta a força decisiva do movimento popular e democrático.

Com todas as forças interessadas na defesa de Abril e das suas conquistas a reacção e os seus estranhos aliados contra-natura serão derrotados.

Nacional

Receitas «AD» Desvalorização do escudo e aumentos de preços

Qual o significado e as consequências da recente desvalorização do escudo em 9,5% decidida pelo Governo AD?

Em nota divulgada no passado dia 16, a SIP do PCP comentava:

• A desvalorização do escudo representa desde logo uma grande desvalorização da força de trabalho nacional, na medida em que, por exemplo, para pagar a dívida externa (que ronda os 800 milhões de contos) os portugueses terão de produzir mais cerca de 80 milhões de contos.

• A desvalorização traduzir-se-á ainda inevitavelmente num forte e geral aumento de preços com o consequente agravamento das já precárias condições de vida da população, que têm vindo a ser alvo sistemático, deliberado e continuado da política económica e social conduzida pela AD e pelo seu Governo e determinada e inspirada pelos interesses do grande capital.

• Por outro lado, respeitando cerca de 80% das importações a bens essenciais, a desvalorização, não conduzindo a uma drástica redução das importações, significará além disso o pagamento muito mais caro de

tudo quanto se importa, repercutindo no aumento de preços em cadeia em todos os sectores da actividade económica nacional. Ao mesmo tempo, no que respeita às exportações, é sabido que, dada a sua concentração e atenuamento num reduzido número de países e o facto de 65% serem constituídos por produtos tradicionais, não será a desvalorização que permitirá o alargamento de mercados externos.

• Na sequência de outras infundáveis promessas e previsões logo desmentidas pelos factos e pelas realidades, é bem elucidativo do total desgoverno que a AD e o seu Governo imprimem à vida nacional, que o País e os portugueses estejam hoje confrontados com uma desvalorização que ainda há mês e meio, na Televisão, o ministro das Finanças e o próprio Primeiro-Ministro desmentiam e contestavam.

Dias depois dava-se o aumento dos preços dos combustíveis. Novamente o PCP toma posição pública, divulgando, no dia 18 a seguinte nota:

1. O aumento dos preços dos combustíveis é um primeiro sinal da subida em flecha do custo de vida que a desvaloriza-

ção do escudo, efectuada há dias pelo Governo AD, veio agravar.

2. A AD e o seu Governo iniciam assim uma nova vaga geral de aumentos de preços e o agravamento da inflação, quando, ainda há uma semana, o Primeiro-Ministro, (no contexto de uma provocação ao Presidente da República feita pela Televisão), se gabava ridiculamente de que a subida de preços em Maio não passara de 0,5%.

Não é assim de estranhar também que, ainda há dois dias, falando sobre a desvalorização do escudo, o ministro João Salgueiro tenha tido a audácia de difundir a mentira de que a inflação se situaria este ano entre os 17 e os 19%, quando é sabido que, já em 16 de Abril, mesmo que os preços não aumentassem nem mais um tostão até Dezembro, a inflação seria sempre em 1982, no mínimo, de 20%.

3. Como o PCP tem insistente e afirmado, se o Governo da AD não é prontamente demitido e se em consequência, prossegue a sua desastrosa política, registar-se-á, a curto prazo, uma ainda maior degradação do poder de compra, a redu-

ção dos salários reais dos trabalhadores, novas tentativas de congelamento de salários, roturas no abastecimento de bens essenciais, novos aumentos das taxas de juro comprometendo ainda mais a actividade produtiva e o investimento, estrangulando milhares de empresas portuguesas.

4. Na sociedade portuguesa está visivelmente aberto um

profundo conflito entre, de um lado, a vontade da AD de se manter no governo para servir os interesses do grande capital e prosseguir as suas malféitorias contra o povo e o País e, de outro lado, a vontade e a luta dos trabalhadores e do Povo português para afastar a AD do governo, em benefício dos interesses populares e nacionais.

A imediata demissão do Governo AD, a dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições legislativas são as únicas medidas que, na situação actual, podem assegurar que os interesses populares e as necessidades nacionais prevaleçam sobre os interesses egoístas da AD e sobre a sua política de devastação e ruína nacional.

Deficientes manifestam-se amanhã em S. Bento

Anteontem foram os reformados a dirigir-se, em manifestação à Assembleia da República. Amanhã, sexta-feira, às 18 horas, muitos deficientes deste país vão manifestar-se em São Bento. Organizada pela Comissão Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes, a manifestação programada e que levará junto da Assembleia muitos dos deficientes deste país, vai protestar contra a política do Governo 'AD'.

Em causa, fundamentalmente, as promessas que, como sempre, a 'AD' não cumpriu.

Aderiu o Governo português à proclamação dos direitos dos Deficientes na ONU - diz o documento editado pela CCNOD - mas demonstrou seguidamente que tal adesão não passou de mero acto demagógico, pois não tem em conta reivindicações que lhe são apresentadas pelos deficientes, mostrando assim não compreender que um décimo da população (um milhão de deficientes), são cidadãos de pleno direito.

E a CCNOD pergunta: Onde está a legislação sobre Emprego Protegido? Onde está a publicação da Quota Obrigatória sobre Emprego?

Onde está a Lei Sobre Ensino Especial? Já aprovada há três anos e cuja regulamentação e aplicação continuamos a aguardar. Onde está a Lei dos Transportes? Que já foi aprovada na generalidade na AR e com verba já orçamentada. Onde está o regime justo de Segurança Social? Nos aumentos chorudos a que os governantes se autopropuseram, ou na situação de miséria que atrai os deficientes para a mendicidade? Onde estão os Centros de Reabilitação Profissional pro-

gramados para serem postos a funcionar durante o AID, e a reestruturação dos já existentes?

Estas algumas das perguntas que os deficientes vão levar à Assembleia, ao mesmo tempo que também vão manifestar as suas preocupações quanto à revisão constitucional e à alteração do equilíbrio do poder político que esta pode vir a permitir, podendo vir a adiar indefinidamente a concretização das suas justas reivindicações, trazendo nuvens negras ao futuro dos deficientes e do país.

Frelimo 20 anos de luta

Amanhã, dia 25, comemora-se o 20.º aniversário da FRELIMO e, simultaneamente, o 7.º aniversário da independência de Moçambique.

A Associação de Amizade Portugal-Moçambique assinala esta data com uma sessão no Teatro S. Luís, em Lisboa. Entre os oradores nesta sessão incluem-se o secretário-geral do Conselho Directivo da Associação Portugal-Moçambique, engenheiro José Gonçalves e um representante da Associação de Moçambique de Amizade e Solidariedade com os Povos.

No fim haverá espectáculo cultural, que conta com a participação de José Afonso e Simeão Mazupe.

205 mil assinaturas entregues em S. Bento

• Pela revisão constitucional da Lei Fundamental do País

As listas com as 205 mil assinaturas recolhidas por iniciativa de uma comissão tripartite unitária, em defesa da revisão constitucional da Constituição da República, foram recentemente entregues em S. Bento, ao presidente da Assembleia.

A delegação de democratas que se deslocou ao Parlamento para fazer a entrega das assinaturas era encabeçada por Vasco da Gama Fernandes, antigo presidente da AR e deputado constituinte.

O abaixo-assinado constituiu um vigoroso protesto de milhares de cidadãos contra o sigilo e a forma não pública com foi conduzido o processo de revisão, ao mesmo tempo que assinalou uma tomada de posição da opinião pública em favor do respeito rigoroso pelas normas constitucionais, legais e democráticas na revisão da lei fundamental do País.

Recorde-se que o amplo movimento da opinião pública que

dinamizou a recolha das assinaturas e que engloba figuras dos mais variados quadrantes ideológicos, sectores sociais e profissionais iniciou-se há já bastante tempo incluindo antigos deputados constituintes, no momento o presidente da Assembleia Constituinte, professor Henrique de Barros.

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!
O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo
PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 768345
ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2.º, D.º - 1000 Lisboa Tel. 769744 769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725 769722.
DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa Tel. 779528 779525 769751.
Casa da Venda em Lisboa: Rua do Sículo, 80 - 1200 Lisboa, Tel. 372238.
Distribuição do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto, Tel. 693908.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.ª de Maio, 186, Pedreira - 3000 Coimbra Tel. 31286.
Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alcazar de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel. 26361.
Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.ª de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417.
ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º - 1000 Lisboa, Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa Tel. 776355 776750. Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 381067.
EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044.
Composto e impresso na Heeka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.
Depósito legal n.º 205 82
Tiragem média do mês de Maio: 54643

À venda
O Militante
ano 50 • série IV • N.º 84

PCP

Delegação do PCP na URSS

Comunicado acerca do encontro entre as delegações do PCUS e do PCP

No dia 21 de Junho, o Secretário-Geral do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, Presidente do Presidium do Soviete Supremo da URSS, L.I. Brejnev, encontrou-se com a delegação do Partido Comunista Português, dirigida pelo Secretário-Geral do PCP, Alvaro Cunhal — de visita à União Soviética a convite do CC do PCUS.

Tomaram parte no encontro, por parte do PCUS: B.N. Ponomarev, membro suplente do Bureau Político do PCUS, V.V. Zagladine, membro do CC do PCUS e primeiro vice-director da Secção Internacional do PCUS, A.I. Blatov, colaborador do Secretário-Geral do PCUS; e por parte do PCP: Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do PCP e Abílio Martins, membro do Comité Central.

As questões actuais da situação internacional constituíram o tema central das conversações, que decorreram em atmosfera de amizade fra-

ternal e de unidade de pontos de vista.

Falando da situação mundial, L.I. Brejnev considerou-a como alarmante. Os acontecimentos das últimas semanas aumentaram os perigos de uma nova guerra. Nos Estados Unidos anunciam-se diariamente novos planos de intensificação do armamento e de preparação para a guerra, dirigidos contra os países socialistas e todas as forças democráticas. Proclama-se abertamente a pretensão de estabelecer a hegemonia mundial dos Estados Unidos. O imperialismo americano provoca e estimula conflitos perigosos para a paz em várias regiões do mundo.

Nestas complexas condições, declarou L.I. Brejnev, prossegue a política externa da URSS, — política de paz, desarmamento e cooperação mutuamente vantajosa. É evidente, sublinhou o dirigente do PCUS e do Estado Soviético, que a União Soviética não permitirá que seja alterado o equilíbrio de

forças militares actualmente existente.

Nos últimos tempos, a URSS fez uma série de propostas relativas aos problemas mais agudos da política mundial, abrangendo numerosas questões. Mas a questão-chave é a cessação da corrida aos armamentos, sobretudo os nucleares. A União Soviética pronuncia-se insistentemente por negociações com os Estados Unidos.

Alvaro Cunhal expressou elevado apreço pela consequente política de paz da União Soviética, tendo importante significado para o melhoramento do clima internacional as novas iniciativas de paz apresentadas por L.I. Brejnev nos Congressos dos Sindicatos e das Juventudes Comunistas e na mensagem enviada à sessão extraordinária da Assembleia Geral da ONU.

Alvaro Cunhal falou do desenvolvimento da luta pela paz em Portugal, que adquire grandes expressões de massas, seja com os objectivos co-

muns aos outros povos, seja por uma política externa verdadeiramente independente voltada para o desenvolvimento de relações de amizade com todos os países.

Em nome do PCUS e do PCP, L.I. Brejnev e A. Cunhal, condenaram severamente a criminoso agressão de Israel ao Líbano, possibilitada pelo apoio dos Estados Unidos e da NATO.

Os dirigentes dos dois partidos expressaram a firme solidariedade do PCUS e do PCP para com a justa causa do povo árabe da Palestina e de outros países, que exigem a criação de um Estado árabe palestino independente e a solução dos problemas do Próximo Oriente através de negociações.

Ambas as partes consideraram que a situação mundial actual exige uma constante e atenta vigilância dos povos e a mobilização da opinião pública mundial para uma luta enérgica contra o crescente perigo de uma guerra nuclear. Consideraram muito importante que em cada país as forças democráticas e progressistas consigam que seja adoptada e conduzida uma política de paz e de cooperação internacional.

L.I. Brejnev e A. Cunhal referiram a particular responsabilidade dos partidos comunistas e operários na defesa da paz. Sublinharam a necessidade do reforço da sua unidade na base de acções comuns e concretas e do alargamento da cooperação com todas as forças democráticas e amantes da paz.

No decurso das conversações teve também lugar uma troca de informações acerca das actividades do PCUS e do PCP e foram abordadas questões relativas ao desenvolvimento ulterior da cooperação entre os dois partidos.

L.I. Brejnev expressou a delegação do PCP os sentimentos de profundo respeito e imutável solidariedade dos comunistas soviéticos para com os comunistas e os trabalhadores de Portugal. A Cunhal expressou o grande apreço dos comunistas e dos trabalhadores portugueses pelas realizações históricas do povo soviético na cons-



Primeira página do «Pravda» noticiando o encontro entre as delegações do PCUS e do PCP, chefiadas, respectivamente, por L. Brejnev e A. Cunhal

trução do socialismo e do comunismo.

Foi confirmada a disposição dos dois partidos actuarem com vistas ao desenvolvimento das relações luso-soviéticas na base da igualdade e de vantagens recíprocas.

Foi expressada a firma decisão de reforçar a amizade e a cooperação entre o PCUS e o PCP na base do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

Foi expressada a firma decisão de reforçar a amizade e a cooperação entre o PCUS e o PCP na base do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

O centenário de Dimitrov

No dia 18 de Junho comemorou-se em toda a Bulgária e em várias partes do mundo o centenário do nascimento de Georges Dimitrov, a quem já nos referimos no último «Avante!».

Em homenagem a este gigante do pensamento e da acção revolucionária reuniu-se em Sófia uma importante Conferência Teórica Internacional que permitiu precisar pontos de vista ideológicos por dirigentes de partidos comunistas e operários e de organizações revolucionárias progressistas de todo o mundo.

Estiveram presentes em Sófia 143 delegações, das quais 86 de partidos comunistas e operários, que integravam 60 Presidentes ou Secretários-Gerais desses partidos; 31 delegações de partidos e organizações revolucionárias e democráticas; 5 delegações oficiais de partidos socialistas; 7 organizações internacionais progressistas e ainda uma delegação da «Revista

Internacional da Paz e do Socialismo».

Foram lidas na Conferência 140 intervenções entre as quais a de Alvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP, que nesta página publicamos.

Os ensinamentos de Dimitrov têm evidente actualidade e interesse no momento em que a luta pela Paz assume uma importância vital para a Humanidade.

É significativo que se tenham reunido em torno de ideias fundamentais comuns, representantes de um tão elevado número de partidos e organizações revolucionárias e progressistas.

A intervenção do camarada Boris Ponomarev, do Secretariado do PCUS e suplente do Bureau Político, pôs em destaque a perigosa ameaça à Paz representada pela política da administração Reagan, os perigos de destruição da Humanidade de uma hecatombe atómica e os esforços da União Soviética

em defesa da Paz mundial e do desarmamento. B. Ponomarev afirmou: «pode-se e deve-se fazer fracassar a estratégia militarista e plena de ódio, do imperialismo».

«O nosso encontro — disse B. Ponomarev — realiza-se num momento histórico crucial, numa situação que é, provavelmente, a mais complexa de todo o pós-guerra. De uma parte o acréscimo das forças do progresso social prossegue e adquire novos traços: a onda de renovação revolucionária do mundo estende-se como uma maré cheia. De outra parte, a ameaça de um conflito nuclear agravou-se, a tensão em diferentes pontos do planeta atingiu de novo um nível crítico. Isto exige de nós todos, comunistas, como de todos os combatentes de vanguarda, redobrar de actividade para resolver os problemas cardeais que preocupam os homens, para garantir em primeiro lugar, uma paz sólida para todos os povos».

As iniciativas de paz soviéticas visam — disse Ponomarev — «reduzir a zona de confrontações eventuais e, por isso mesmo, alargar a zona de cooperação como fundamento da manutenção e reforçamento das medidas de confiança na Europa e no Oriente, a criação de zonas desnuclearizadas e de zonas de paz, a limitação das actividades militares no Oceano».

Também na sua intervenção, o camarada Todor Jivkov, Secretário-Geral do PC Búlgaro e Presidente do Conselho de Estado da Bulgária, pôs em destaque os ensinamentos de Dimitrov.

A importância dos países do socialismo real para a defesa da paz é decisiva.

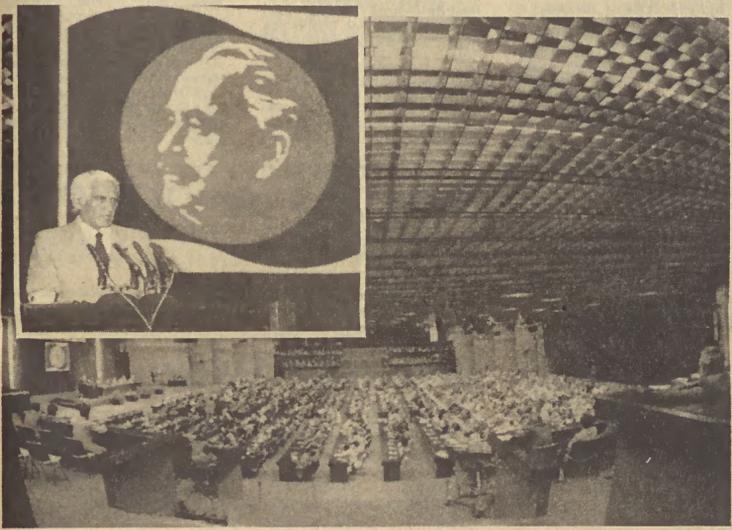
«A vida confirma de maneira irrefutável — disse Jivkov — o facto de que o problema da paz e da guerra, assim como qualquer outro problema cardeal da nossa época, não poderá ser resol-

vido sem a participação e na perspectiva do socialismo real». Per neste momento Georges Dimitrov esteve entre nós — afirmou o camarada Todor Jivkov — «sem dúvida que com a sua paixão e o seu dom de persuasão que lhe eram próprios nos exortava:

— a cerrar fileiras no combate do movimento comunista e operário internacional;

— a reforçar a unidade de acção com os movimentos e partidos socialistas, nacional-revolucionários e democráticos;

— a consolidar as nossas ligações com as massas e a alargar sem cessar a fente das forças que operam e lutam pela Paz contra a guerra, pelo progresso social.



Intervenção de ALVARO CUNHAL

«Princípios, ideias, experiências e ensinamentos que continuam inteiramente válidos»

Camaradas Da herança marxista-leninista de Jorge Dimitrov fazem parte princípios, ideias, experiências e ensinamentos que continuam inteiramente válidos nos dias de hoje.

Faz parte também o seu grande exemplo de criatividade teórica e táctica na base da análise dos novos factos e dos novos fenómenos da época em que vivemos. Os revolucionários sentem-se estimulados na análise da realidade e da busca criativa de soluções pelo exemplo de Jorge Dimitrov, heróico revolucionário e teórico comunista.

1

Vários camaradas, intervindo nesta conferência, salientaram o papel de Dimitrov na luta pela paz e a importância central que tem hoje a luta pela paz.

Dimitrov viveu e lutou num período histórico em que duas guerras mundiais provocaram imensas destruições e hecatombas de vidas. O problema da paz e da guerra constituía então (tal como hoje) um problema central da vida dos povos. Mas hoje, perante a ameaça de uma guerra nuclear é a própria existência da Humanidade que está em jogo.

A luta em defesa da paz, contra a corrida aos armamentos, contra o fabrico da bomba de neutrões, contra a instalação dos novos mísseis americanos na Europa, são tarefas inadiáveis dos povos, são tarefas de toda a Humanidade.

Mas não se pode aceitar que se metam num mesmo saco, como fazem alguns, a política de agressão e de guerra do imperialismo norte-americano e a política de paz da União Soviética e dos outros países socialistas.

É certo que todas as armas nucleares são igualmente mortíferas. Mas as armas nucleares nas mãos do imperialismo podem ser usadas para desencadear a guerra, enquanto que as armas nucleares nas mãos da URSS e de outros países socialistas servem não para fazer a guerra, mas para garantir a paz.

Em Portugal a luta pela paz desenvolve-se com grandes expressões de massas com objectivos gerais comuns a todos os povos. Por outro lado, na luta pela paz, pelo desanuviamento, contra a corrida aos armamentos, contra a instalação dos novos mísseis americanos é fundamental a luta com um objectivo que é no presente momento o objectivo imediato e central do Povo português: a demissão imediata do Governo reaccionário que está no Poder, a realização de eleições e a formação dum governo que adopte uma política de defesa da democracia e das suas conquistas, de amizade e cooperação com todos os povos do mundo.

Nesta luta representa papel determinante a unidade da classe operária e a unidade das forças democráticas.

Para uma e para outra, tanto na nossa luta de dezenas de anos nas condições de clandestinidade como após o derrubamento da ditadura, aprendemos com Dimitrov ensinamentos capitais.

2

J. Dimitrov defendeu e desenvolveu a ideia básica do papel de vanguarda da classe operária na luta contra o capitalismo e na construção do socialismo, e a consequente necessidade da sua unidade.

A «frente única» da classe operária era considerada em larga medida como a unidade dos partidos comunistas e dos partidos socialistas, dos sindicatos influenciados pelos comunistas e dos sindicatos reformistas.

Mas já então Dimitrov sublinhava que «a realidade concreta da frente única nos diversos países se fará diferentemente e tomará formas diversas».

No que respeita a Portugal, já nessa época (como actualmente) em virtude de reduzida influência socialista no movimen-

to operário, o problema da unidade da classe operária se coloca (e continua a colocar-se) fundamentalmente através da unidade dos trabalhadores na luta concreta e nas suas organizações unitárias de classe, em particular os sindicatos e as comissões de trabalhadores nas empresas.

No terreno sindical, a luta nesta base pela unidade da classe operária, foi coroada de sucesso.

Os trabalhadores portugueses dispõem hoje de uma grande central sindical — a CGTP-Intersindical Nacional — a que pertencem 1 700 000 trabalhadores no total de 2 000 000 de trabalhadores sindicalizados.

Nessa situação, lutar pela unidade não é procurar o entendimento desta grande central sindical como um pseudo central que é apoiada pelo Governo, pelo patronato, pelos partidos reaccionários, pelo PS e pelo imperialismo, mas reforçar ainda mais a Intersindical e ganhar os trabalhadores dos sindicatos que não pertencem à Intersindical a libertarem os seus sindicatos de dirigentes que estão inteiramente ao serviço do patronato e do Governo reaccionário.

A classe operária alcançou um elevado grau de unidade que se manifesta em poderosas lutas de massas e já por duas vezes no ano corrente se expressou em duas greves gerais em cada uma das quais participaram cerca de 1,5 milhão de trabalhadores.

Pela sua organização e a sua luta a classe operária desempenha na vida social e política portuguesa um indiscutível papel de vanguarda.

3

Actualmente a democracia portuguesa está ameaçada por dois factores principais. Primeiro, pela política contra-revolucionária dos partidos que detêm o Governo e a maioria na Assembleia da República. Por outro lado, está ameaçada por uma revisão da Constituição, agora em debate na Assembleia da República na base de um acordo já concluído entre o secretário-geral do PS e os partidos reaccionários. Tal revisão, se fosse realizada, extinguiria o Conselho da Revolução, passaria do Presidente da República para o Governo o controlo das Forças Armadas e poderia abrir caminho a um verdadeiro golpe de Estado com vista a liquidar o regime democrático criado pela revolução de Abril de 1974.

Por estas circunstâncias, ao mesmo tempo que insistimos na necessidade da acção comum de todos os democratas, designadamente de comunistas e socialistas, criticamos severamente o colaboracionismo dos dirigentes do PS com as forças reaccionárias.

A nossa tarefa (como sublinhava Dimitrov) é persuadir os trabalhadores socialistas da justeza da nossa política e da necessidade da unidade, e não permitirmos que se introduza no nosso Partido a ideologia social-democrata.

Os dirigentes do PS que colaboram abertamente com os piores reaccionários, recusam qualquer contacto com o nosso Partido.

Mas milhares de socialistas participam a nosso lado no poderoso movimento popular em defesa do regime democrático. Com a sua política consequente em defesa dos interesses do povo e do País, das liberdades e das outras grandes conquistas da revolução, aprofunda-se cada vez mais a ligação do Partido com as massas. E o apoio crescente da classe operária e das massas ao Partido é a melhor expressão de que vamos por caminho certo na nossa política de unidade.

4

A experiência da revolução portuguesa tem confirmado uma realidade já anotada por J. Dimitrov: a associação na luta dos comunistas, entre a luta pela democracia e a luta pelo socialismo.

Depois de 48 anos de ditadura fascista, a conquista e a defesa da liberdade e da democracia política na revolução portuguesa só foi possível porque se liquidaram os grupos monopolistas com as nacionalizações dos sectores básicos da nossa economia e se liquidaram grande parte dos latifúndios com a Reforma Agrária, e porque o Povo português tem defendido em massa e heroicamente essas conquistas.

Ainda hoje, após 6 anos de brutais ofensivas de sucessivos governos apoiados pelo imperialismo e dos sérios golpes sofridos, nem uma só empresa directamente nacionalizada foi reprivatizada e na Reforma Agrária subsistem mais de 400 Unidades Colectivas de Produção dirigidas pelos trabalhadores em mais de 500 000 hectares.

Na curva apertada que actualmente ultrapassamos, o regime democrático português para subsistir terá que assegurar a independência nacional e reencaixar o rumo ao socialismo.

Anos atrás, perante a contribuição decisiva do nosso Partido para as grandes transformações democráticas da revolução portuguesa, perante a nossa afirmação inderrogável como marxista-leninista e a nossa fidelidade ao internacionalismo proletário, — houve quem predissesse o inevitável enfraquecimento do nosso Partido e a rápida redução da sua base de apoio e da sua influência.

Foi o contrário que se produziu.

Em Portugal, nenhum outro partido tem uma comparável influência de massas e capacidade de mobilização de massas. Nenhum outro tem posição tão determinante em praticamente todas as grandes organizações e movimentos unitários. Nenhum outro apresenta uma tão sólida unidade que através dos anos resiste sem brechas aos vendavais da revolução e da contra-revolução. E nenhum outro apresenta semelhante ascenso contínuo de efectivos. Eramos 15 000 membros do Partido três meses após o 25 de Abril de 1974. Actualmente somos cerca de 190 000, além de 35 000 jovens comunistas.

O marxismo-leninismo e o internacionalismo proletário não são apenas bandeiras. São factores essenciais da nossa força, da nossa unidade e da nossa influência de massas.

5

J. Dimitrov sublinhou com insistência a importância determinante para a luta libertadora dos povos da revolução de Outubro e da construção do socialismo na URSS e daí deduzia a obrigatória posição de solidariedade para com o primeiro Estado de operários e camponeses.

A situação mundial mudou radicalmente, mas a apreciação de Dimitrov, mantêm-se válida no que tem de essencial.

A URSS e os outros países socialistas constituem para todos os revolucionários e para todos os que anseiam a emancipação do Homem não apenas os mais sólidos baluartes da paz e da luta dos trabalhadores e dos povos, mas também exemplos exaltantes da construção da sociedade nova.

Não se trata de copiar ou imitar. Não há «modelos» de socialismo. Mas trata-se de aprender com o inesgotável e diversificado manancial de experiências e ensinamentos que é a construção do socialismo e do comunismo.

Por outro lado, trata-se, para todas as forças revolucionárias do dever de solidariedade para com a URSS e os outros países socialistas, tal como a URSS e os outros países socialistas são solidários para com as outras forças revolucionárias.

baseia-se no internacionalismo proletário. E no internacionalismo proletário a solidariedade recíproca é princípio essencial.

6

J. Dimitrov foi um lutador incansável pela unidade do movimento comunista internacional.

O problema põe-se hoje, naturalmente, em termos diferentes de há 40 anos.

Esta fora de causa restaurar qualquer «centro de direcção» ou qualquer «partido dirigente».

Entretanto o reforço da amizade e da cooperação entre os partidos comunistas e operários numa base bilateral, multilateral, regional ou mundial, — é uma tarefa que se coloca a todos os comunistas.

Compartilhemos da opinião daqueles camaradas, segundo os quais mal se compreende que no mundo de hoje, em que as forças da reacção, assim como a social-democracia, multiplicam as suas estruturas orgânicas de cooperação internacional, os partidos comunistas não tenham formas estáveis de cooperação mesmo que limitadas a determinados esteres e problemas.

Pela nossa parte, estamos dispostos a participar num exame de tais possibilidades, reservando, naturalmente, a nossa decisão, mas empenhados em que tais possibilidades se concretizem.

7

Estamos aqui para comemorar o centenário do nascimento de J. Dimitrov.

Prestamos homenagem ao talento político e ao heroísmo do grande revolucionário, ao patriota e ao internacionalista, ao valor da sua contribuição teórica e da sua luta, ao valor moral e educativo do seu exemplo.

Não esqueçamos porém que a grandeza dos revolucionários não resulta apenas das suas qualidades individuais, mas de terem sabido aprender com a experiência da classe operária e das massas, terem assimilado o pensamento político da sua época e os ensinamentos mais diversos das forças revolucionárias e terem sabido concluir e traduzir a síntese desses ensinamentos, como porta-vozes de um gigantesco trabalho colectivo.

O valor individual dos grandes revolucionários comunistas faz parte integrante do valor colectivo da classe operária e das massas populares, que são as forças motoras da História. Ele resulta da sua integração criativa num processo colectivo de pensamento e de acção.

Por isso, falando de Dimitrov, não podemos nem devemos esquecer o partido, a classe operária, o povo, as forças revolucionárias, — esse terreno fecundo em que os dirigentes encontram as raízes da sua inspiração, da sua acção e do seu pensamento.

Prestando homenagem a Dimitrov é também ao PC Búlgaro, ao seu Secretário-Geral Cda. T. Jivkov, ao seu Comité Central, a todos os seus militantes, à classe operária búlgara, ao povo búlgaro que prestamos homenagem, felicitando-os pelos grandes êxitos alcançados na construção da sociedade socialista e transmitindo-lhes as calorosas saudações de combate do Partido Comunista Português.

É pelo papel desempenhado por Dimitrov no movimento comunista e na luta pela unidade de todas as forças democráticas e anti-imperialistas, homenageando Dimitrov é também ao proletariado de todos os países que prestamos homenagem, são os trabalhadores e países na sua luta libertadora que saudamos, — aproveitando esta extraordinária ocasião para o fazermos na pessoa dos partidos comunistas e operários e outras forças revolucionárias e progressistas que conosco participam nestas históricas comemorações.

PCP

Campanha de recrutamento termina no fim do mês

Encerra no fim deste mês a campanha de recrutamento iniciada em Março e que tem como objectivo trazer ao PCP mais 5 mil novos militantes.

Embora ainda não se possa avançar com números finais, a verdade é que os elementos já confirmados (veja-se o quadro que aqui publicamos) apontam para o êxito da campanha. Há organizações que já atingiram as suas metas. Outras estão quase. Outras ainda desenvolvem grandes esforços para subir os seus resultados actuais.

Nestes poucos dias que ainda temos à nossa frente (até à Festa do «Avante!»), há que aproveitar com firmeza as iniciativas e pistas de trabalho que conduzem à plena concretização dos objectivos da campanha e das potencialidades que estão a surgir com a sua dinâmica.

Campanha de Recrutamento
Março a Junho - 1982



Organização Regional ou de R. Autónoma	Quota correspondente para a meta geral	Recrut. no mês de Março	Recrut. no mês de Abril	Recrut. no mês de Maio	Total de Março a Maio	% em relação à quota
Minho	300	81	57	50	188	62,7
Trás-os-Montes	150	45	36	43	124	82,7
Porto	750	306	275	226	807	107,6
Beira Litoral	350	101	89	77	267	76,3
Beira Interior	150	50	27	22	99	66,0
Leiria	200	16	8	89	113	56,5
Santarém	300	48	51	73	172	57,3
Lisboa	1200	205	314	344	863	71,9
Setúbal	750	209	231	225	665	88,7
Alentejo	550	108	141	133	382	69,5
Algarve	200	23	41	38	102	51,0
Açores	50	18	41	18	77	154,0
Madeira	50	19	15	6	40	80,0
TOTAL	5000	1229	1326	1344	3899	78,0

O militante Recrutar e organizar

Mais uma vez se coloca que é preciso não só recrutar mas organizar os novos recrutados.

A experiência tem mostrado que os recrutamentos desta Campanha são mais seguros. Trata-se de novos camaradas que têm, em média, uma maior consciência e uma maior compreensão da sua responsabilidade como membros do Partido. Sabem já, muitas vezes, que não só é necessário estarem de acordo, naturalmente, com a orientação geral do Partido e os seus princípios orgânicos, como também é necessário pagarem regularmente a sua quota e terem uma actividade normal numa dada organização. Se o

não sabem, é preciso que adquiram esse conhecimento e o traduzam na sua própria acção. Isto coloca a questão de que os novos recrutados devem imediatamente ser considerados membros duma organização e, por isso, deverão passar a reunir regularmente num dado organismo, deverão ser chamados à execução de algumas tarefas, deverão ter ocasião de dar parte do seu cumprimento, deverão sentir, como militantes do nosso Partido, que estão a ser úteis, que a sua participação é coordenada, que estão a contribuir, consequentemente, para a luta do nosso povo nas fileiras do Partido Comunista Português.

O recrutamento e a imediata organização dos novos membros do Partido colocam diversas questões orgânicas que têm constantemente de ser tratadas. O recrutamento exige um acompanhamento apertado das organizações e dos problemas orgânicos que se vão levantando.

Ao mesmo tempo que é necessário, neste último mês da Campanha, durante Junho, uma maior concretização dos recrutamentos, é também indispensável vencer as principais debilidades orgânicas de modo a **alargar e fortalecer a organização do Partido.**

(in «O Militante», n.º 84, Junho 82)

Amanhã, no CT Vitória Reunião de quadros do sector nacionalizado

No âmbito da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP, realiza-se amanhã, nas instalações do Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, uma reunião de quadros do sector nacionalizado e das empresas participadas.

O encontro, cujo início está marcado para as 19 e 30, reunirá camaradas dos secretariats de células de empresas, membros de CT's e Comissões Sindicais, camaradas de sindicatos com maior número de sócios em empresas nacionalizadas e ainda membros dos executivos das Concelhias e sectores da ORL.

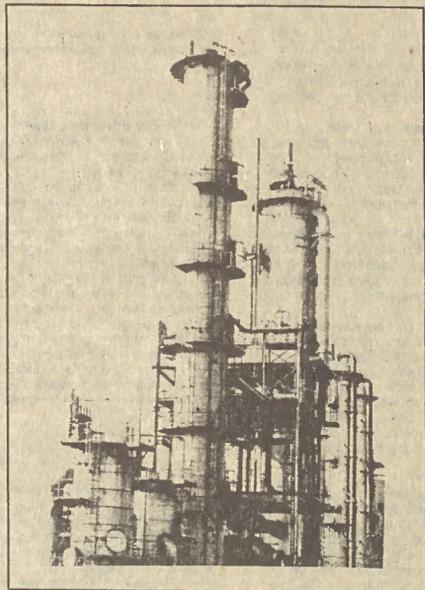
Na ordem de trabalhos, dois pontos: «análise da ofensiva contra as empresas nacionalizadas e participadas e, por consequência, para a economia nacional, para os trabalhadores e para a população em geral» e «acções a desenvolver».

«A ofensiva contra o sector nacionalizado desencadeada pela acção deste Governo «AD» atingiu níveis e formas de gravidade até agora desconhecidas (exemplo: extinção da SNAPA)», salientam ao «Avante!» os organizadores da reunião, que nos declararam ainda:

«O processo de revisão constitucional e o acordo «AD»/Mário Soares para a subversão da Constituição, apontam novos perigos para a manutenção e desenvolvimento das empresas nacionalizadas, situação que é agravada com as afirmações de Mário Soares e Freitas do Amaral quanto às suas intenções para o período após a revisão da Constituição».

Recorda-se que no apelo do PCP para a defesa da democracia em perigo (importante documento aprovado pelo Comité Central no passado dia 1 de Junho, publicado na íntegra pelo «Avante!» na sua edição de dia 3), salienta-se:

«Foi Freitas do Amaral que revelou recentemente



• «Análise da ofensiva contra as empresas nacionalizadas e participadas» na ordem de trabalhos.

• Um alerta: «o processo de revisão constitucional e o acordo AD/M. Soares apontam para novos perigos».

te o programa da «AD» para o período pós-revisão no domínio político, militar e económico: legislação sobre defesa nacional, segurança interna, aparelho judicial, redução do sector público, estímulo e apoio ao grande capital privado com nova lei dos sectores, autorização da banca privada e maiores e mais rápidas indemnizações, a par de idêntico anúncio, já feito por Balsemão, relativamente ao pacote laboral.

Trata-se, nem mais nem menos, da brutal confirmação de que a «AD» só espera obter os novos poderes que lhe forem conferidos pelo acordo «AD»-PS/M. Soares na revisão constitucional para desencadear a subversão das «estruturas» e a destruição das transformações democráticas saídas da revolução de Abril, significando uma autêntica mudança de regime e um verdadeiro golpe de Estado».

Centenas de pessoas em iniciativas do PCP na Beira Interior

Com a participação do camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, realizaram-se entre os dias 5 e 13 de Junho, nos distritos de Castelo Branco e da Guarda, importantes iniciativas políticas, em que estiveram presentes camaradas responsáveis das diversas Comissões Concelhias e da Direcção da Organização Regional da Beira Interior (DORBI) além de centenas de outros militantes, simpatizantes e trabalhadores sem partido. Entre essas iniciativas, destacamos:

Plenário da DORBI

Aqui foram discutidos os problemas da vida interna do Partido, na base das conclusões da reunião do Comité Central, assim como as tarefas das decorrentes para a Beira Interior. Deste plenário saiu um documento sobre a situação política, económica e social da Beira Interior, denunciando a ruína política do Governo «AD», no País e apelando aos trabalhadores e ao povo para intensificarem a luta pelo fim dessa política, pelo fim deste Governo.

Covilhã

Decorreu um plenário de militantes do concelho da Covilhã, no Cine-Teatro da cidade, onde se discutiu o trabalho nas células de empresa e as questões

no decorrer do qual o camarada Jaime Serra fez uma intervenção política, precedida duma breve saudação do camarada Belmiro, membro da Concelhia da Covilhã e da C. Distrital de Castelo Branco do Partido.

Após o convívio ao ar livre, junto de um terreno oferecido por camaradas para a construção do futuro Centro de Trabalho do Partido das Minas da Panasqueira, o camarada Jaime Serra visitou as instalações sociais e o bairro dos mineiros em S. Jorge da Beira, assim como o Centro de Trabalho do Partido nesta localidade.

Plenário de militantes sindicais

No Centro de Trabalho do Partido na Covilhã, presido

• Trabalho político dos comunistas regista importantes avanços nesta «região difícil»

• Adesões ao Partido nas iniciativas agora realizadas.

relativas ao seu fortalecimento. Depois deste plenário, presidido pelo camarada Ramiro Reis, membro do Executivo da Concelhia, seguiu-se uma sessão de esclarecimento, aberto à população da Covilhã, na base duma intervenção do camarada Jaime Serra.

Nas Minas da Panasqueira

Realizou-se um convívio de militantes do Partido da organização das Minas, aberto a outros trabalhadores e familiares

pelo camarada Garra, membro da Comissão Concelhia e da Comissão Distrital de Castelo Branco, realizou-se um plenário de quadros do Partido, dirigentes, delegados e activistas sindicais do distrito, para discutir questões de actualidade no movimento sindical, fazer o balanço das lutas dos trabalhadores da região e as linhas de acção do Partido no apoio a essas lutas.

No final, o camarada Jaime Serra fez uma intervenção, enquadrando a luta dos trabalhadores e as perspectivas do seu

Alhos Vedros Maior ligação à luta dos trabalhadores têxteis

Os comunistas de Alhos Vedros vão levar por diante uma campanha de recolha de fundos para a compra de um novo Centro de Trabalho do PCP - esta uma das conclusões do plenário geral de militantes daquela freguesia da Moita, que decorreu recentemente.

Após a leitura de um relatório da Comissão de Freguesia do

PCP e as intervenções de camaradas de várias células, desenvolveu-se um interessante debate em que foram apresentadas propostas objectivas para o reforço da organização. Seria ainda aprovada uma proclamação dirigida à população local sobre a revisão constitucional e as eleições autárquicas.

Um camarada da DORS (Direcção Regional de Setúbal) salientou a necessidade da organização do Partido de Alhos Vedros acompanhar mais de perto a luta dos trabalhadores das muitas empresas do sector têxtil, na zona. Na sua intervenção, viria ainda a relacionar as lutas dos trabalhadores com a vida da organização.

Juventude

Mudam-se os nomes... não se muda a política

• Os estudantes comunistas e as pré-candidaturas à Universidade

O que são as pré-candidaturas ao Ensino Superior? Quais os seus objectivos? Duas interrogações que a esta hora permanecem entre as preocupações de muitos jovens deste país. E de muitos dos seus familiares. Há quem já tenha resposta para aquelas questões. Uma resposta concluída através da experiência, da análise da política do Ministério da Educação e Universidades (MEU), agora sem Vítor Crespo (finalmente), mas com outro homem de direita. Uma resposta que a Juventude Comunista Portuguesa (JCP), em nota de imprensa divulgada no passado dia 18, define assim:

«Determinou o MEU o lançamento de um processo de «pré-candidaturas ao ensino superior», que está a decorrer neste mês de Junho.

«Esta medida incompreensível e a seu tempo denunciada pelos estudantes do 12.º ano, tem provocado inúmeras contrariedades e o desespero dos estudantes que são obrigados a

passar dias inteiros pelos corredores da burocracia das escolas e a permanecer horas e horas (muitos casos, dias e noites), aguardando a sua vez para serem atendidos nos malfadados serviços do MEU.

«Se se acrescentar a tudo isto, o facto de se passar a poucos dias da realização dos exames, e que, até lá, os estudantes ainda terão de proceder à inscrição para exame no prazo incrível de 3 dias, ter-se-á a noção clara da natureza aberrante desta medida».

E mais adiante, os jovens comunistas salientam:

«Tornam-se, agora, mais claros os objectivos desta medida do MEU/AD»:

- «Dificultar e, mesmo, impedir a candidatura de um grande número de estudantes ao ensino superior.
- «Acentuar a imagem, já criada, aliás, das dificuldades e esforço exigido aos estudantes que pretendem frequentar a Faculdade, criando falsas expectativas a muitos deles.
- «Prosseguir a sua política de agravamento da selectividade,

de afunilamento no ingresso na Universidade, de desperdício propositado de recursos e quadros.

«Medidas como esta reforçam as perspectivas sombrias em relação aos resultados finais deste ano lectivo. A JCP uma vez mais denuncia: prepara-se uma nova repropoção em massa no 12.º ano.»

A terminar, a JCP esclarece: «O grande «forcing» propagandístico em torno da «pré-candidatura» não consegue encobrir aquilo que os estudantes e o povo observam com, cada vez maior nitidez, cada nova medida, cada «inovação», cada «carta na manga» do Governo, cada comunicação feita pelos ministros da «AD» comporta sempre graves sacrifícios e prejuízos para a vida da juventude e do povo.

«A recente demissão de Vítor Crespo é o resultado da crescente degradação do ensino e da movimentação dos estudantes. Mas o que se exige, não é que mudem os nomes, que saia o Crespo e entre o Fraústo, é uma nova política de ensino.»

Lisboa Encontro Distrital

No distrito de Lisboa existem mais de 300 mil jovens entre os 15 e os 24 anos. Quais os principais problemas desta massa juvenil? Quais as consequências da política «AD» para este importante sector social? Quais os objectivos centrais da luta e da acção a desenvolver no presente para construir um verdadeiro futuro? Como organizar e dinamizar o movimento juvenil?

Estas algumas das principais questões a que o «Avante!» brevemente se referirá em pormenor e que

em que participaram centenas de militantes».

No decorrer dos trabalhos, acrescenta a ODJ dos jovens comunistas, «foram analisados os diversos aspectos da situação da juventude e da sua luta específica no distrito, e também da organização da JCP».

Participou no Encontro uma delegação do Comité Central do Partido constituída pelos camaradas Octávio Pato, do Secretariado e Comissão Política, e Francisco Lopes, da DORL.



Castelo Branco



Guarda

Realizou-se um plenário de militantes de Tortosendo para discutir os problemas relativos às células de empresa, seguido duma intervenção política do camarada Jaime Serra, acompanhada de debate, amplamente participado.

Presente também neste plenário, ao qual presidiu, o camarada Carlos Pinhão, membro do Comité Central e da DORBI.

Foz-Côa

Houve também um plenário na cantina da Escola de Foz-Côa com militantes do Partido e outros democratas dos Concelhos do Norte do Distrito da Guarda, nomeadamente de Foz-Côa, Figueira de Castelo Rodrigo e Meda.

Este Plenário foi presidido pelo camarada Moutinho, membro da C. Distrital da Guarda do PCP e nele foram discutidas, principalmente as questões relativas às próximas eleições autárquicas, a que se seguiu uma intervenção política do camarada Jaime Serra.

Gouveia

Em Gouveia decorreu um plenário concelhio, na cantina da escola local, presidido pelo ca-

marada José Pedro, membro do Comité Central e da DORBI. Neste plenário foram discutidos, entre outros problemas, questões relativas ao funcionamento e fortalecimento das células de empresa assim como a formação das listas da APU para as eleições às autarquias locais e a situação política e social no concelho. No final, houve uma intervenção política do camarada Jaime Serra, seguida de debate.

Trancoso

Em Trancoso, houve um convívio com dezenas de militantes e simpatizantes da organização do Partido do concelho e seus familiares, durante o qual se realizou um debate político dinamizado por uma intervenção do camarada Jaime Serra. Participaram também os camaradas Domingos Oliveira do Comité Central e João Abreu, da Comissão Distrital da Guarda e da DORBI. Após o debate político e decorrer do comício verificaram-se várias adesões ao Partido.

Reunião da DORP

Realiza-se no próximo sábado, dia 26, no CT da Boavista, a 3.ª reunião plenária deste ano da Direcção da Organização Regional do Porto (DORP) do PCP.

Em análise estarão o momento político, questões sociais e assuntos da vida interna do Partido.

Ermidas Sado

Por iniciativa da Comissão de Freguesia de Ermidas Sado do PCP, realiza-se no próximo sábado, naquela localidade, uma jornada de convívio denominada «Grande Mastro Popular».

Música variada, participação do acordeonista Fernando Justino, «comes-a-bébeis», bailes, boa disposição e alegria - estes alguns dos atractivos do «Grande Mastro».

A iniciativa decorrerá junto ao jardim infantil.



Pela paz e a amizade

4.º Acampamento na Caparica • 1 a 22 de Agosto

Realiza-se este ano mais um Acampamento de Verão da JCP.

Será organizado pelos jovens comunistas de Lisboa e Setúbal e participarão também alguns jovens estrangeiros.

O Acampamento decorrerá de 1 a 22 de Agosto, em S. João da Caparica e das suas estruturas destacamos os serviços de apoio, o restaurante, o bar, o armazém, etc. que irão permitir aos campistas uma estadia mais agradável.

Haverá também um Regulamento interno, com as principais normas sobre o funcionamento do Acampamento da Juventude.

No programa cultural e político integram-se:

- Provas desportivas
- Debates sobre os problemas da juventude
- Fogo de campo
- Diversos jogos populares
- Espectáculo de encerramento (atenção às surpresas!)

«Irá ser uma importante jornada de convívio e alegria», asseguram os organizadores, que informam ainda:

«As inscrições podem ser feitas na sede central da JCP (R. Sousa Martins, n.º 8, Lisboa) e nos Centros de Trabalho do PCP ou noutras sedes da JCP, em Lisboa e Setúbal».

São os seguintes os preços de inscrição:

- Com tenda - 150\$00
- Sem tenda - 250\$00
- Diária - 20\$00

Inscribe-te!

JCP na vice-presidência da FMJD

Regressou de Praga uma delegação da JCP constituída por Augusto Carreto e Francisco Filipe, que participaram de 2 a 9 de Junho na XI Assembleia da Federação Mundial da Juventude Democrática - FMJD, que reúne geralmente de quatro em quatro anos. No órgão máximo da FMJD, as organizações procederam a uma avaliação das actividades desde a X Assembleia do desenvolvimento da situação internacional e do movimento juvenil internacional, das lutas anti-imperialistas da juventude e dos povos, e das tarefas e objectivos da Federação para

o período futuro. Entre os documentos mais importantes há a salientar a resolução sobre uma Campanha Mundial de Acções da Juventude contra a ameaça nuclear, pela Paz e o desarmamento. A Juventude Comunista Portuguesa, única organização de Portugal membro da FMJD, tem participado activamente no seu trabalho. Nesta XI Assembleia, a JCP foi eleita vice-presidente da juventude portuguesa, na luta anti-imperialista, pela independência nacional, pela Paz.

Assembleia da República

A marcha da revisão constitucional e o balanço da actividade da AR

A revisão constitucional e o papel dos partidos da "AD" e do PS/Mário Soares no processo que ocupa actualmente os trabalhos da Assembleia da República...

"Avante!": A Comissão Permanente da Assembleia da República deliberou no passado dia 16 prolongar os trabalhos do plenário da Assembleia até 31 de Julho.

Carlos Brito: A deliberação da Comissão Permanente não constituiu propriamente uma surpresa. A sessão legislativa normal, que termina a 15 de Junho, tem sido acrescentada praticamente todos os anos com um período suplementar de trabalho...

A novidade deste ano reside em que o período suplementar de trabalho tem como questão, não única, mas absolutamente dominante a revisão da Constituição.

"Avante!": Isso quer dizer que a revisão da Constituição val estar concluída a 31 de Junho?

Carlos Brito: Não, não quer dizer. A vontade da "AD" e dos sectores do PS afectos a Mário Soares é acabar a revisão o mais depressa possível e, se não for possível antes, pelo menos, em 31 de Julho.

"Avante!": Concretamente em que estado se encontra a revisão da Constituição?

Carlos Brito: Tomo a per-

gunta como referida às votações no plenário que é o que neste momento realmente interessa. Creio que a melhor forma de responder é através de uma imagem quantitativa e que a melhor é a seguinte:

É preciso votar um total de 747 propostas de emenda. Até este momento estão votadas não mais de 50. Isto é, só se votou 1/15 das propostas de alteração quando já se consumiu cerca de 1/4 do total do tempo previsto.

Acresce que ao total das 747 propostas atrás referidas há ainda que juntar as propostas relativas às disposições transitórias, o que atrasará também o processo.

Deve assinalar-se, entretanto, que a todo o momento a "AD" e o PS/Mário Soares podem acelerar a marcha dos trabalhos não consumindo os seus tempos, que são a parte de leão dos tempos previstos.

Os pontos capitais

"Avante!": Sendo a revisão constitucional, neste momento, o ponto fulcral da luta entre as forças da democracia e da reacção, como explicar que nesta primeira fase dos trabalhos da revisão se tenham verificado várias votações por unanimidade?

Carlos Brito: A resposta é muito simples: é porque essas votações têm incidido sobre alterações que não reflectem, pelo menos nas presentes circunstâncias, as oposições mais fundas entre a democracia e a reacção.

A "AD" e os meios do PS afectos a Mário Soares exactamente não quiseram começar pelo princípio, pelo Artigo 1.º e seguintes, para que não saltasse à vista logo de início a oposição de interesses entre as forças da democracia e as da reacção. A votação iniciou-se verdadeiramente pelo Artigo 18.º e tem-se cingido até agora a direitos, liberdades e garantias.

São estas as grandes questões da revisão constitucional. E nelas que se incluem as alterações que, se forem aprovadas, podem levar à destruição do regime democrático saído do 25 de Abril.

É claro que na parte da Constituição que se refere à organização económica também há alguns retrocessos significativos, mas sem qualquer comparação com os que acabamos de salientar.

"Avante!": Quais são os pontos capitais da revisão da Constituição?

Carlos Brito: Tomo a per-

Entrevista com Carlos Brito



Carlos Brito: Já decorre um pouco do que disse atrás. Os pontos capitais e não os que verdadeiramente caracterizariam uma revisão da Constituição feita na base do acordo "AD"/PS-Mário Soares é a profunda alteração do sistema de poder político com a transferência para o Governo de importantes poderes políticos e militares que actualmente pertencem ao Presidente da República e ao Conselho da Revolução.

O sentido geral dessa revisão seria portanto o reforço dos órgãos de soberania controlados pela "AD" em detrimento daqueles que a "AD" não controla. As alterações mais perigosas para a democracia constantes do acordo "AD"/PS-Mário Soares, são, a nosso ver, as seguintes: a extinção do Conselho da Revolução sem que haja, sido assegurada uma redistribuição de competências que permita garantir a defesa do regime democrático; a transferência da designação das chefias militares do Presidente da República para o Governo, a atribuição ao Governo de numerosas e fundamentais competências militares que cabem actualmente ao Presidente da República e ao Conselho da Revolução, a consagração de soluções que implicam a liquidação da autonomia constitucionalmente reconhecida às Forças Armadas; a diminuição de outros poderes do Presidente da República com a adulteração efectiva do princípio da dupla responsabilidade do Governo (perante o Presidente da República) e o forte condicionamento dos poderes de demitir o Governo e dissolver a Assembleia Constituinte.

"Avante!": Mas não seria necessário para impedir a aprovação de alterações à Constituição? E no caso do Tribunal Constitucional?

Carlos Brito: Vamos por partes. Primeiro, quando falei de não alimentar muitas ilusões, tinha presente que 40 deputados do PS, mais os deputados dos partidos que abertamente condenam os acordos do Mário Soares com a direita sobre a revisão, não chegam para formar o chamado terço de bloqueio, isto é, o número de deputados que impede a aprovação de qualquer alteração à Constituição. Mas não só. E que nós não sabemos nada acerca da maneira como pensam votar os deputados do PS que estão contra o acordo "AD"/PS-Mário Soares.

"Avante!": Significa isso que não há nada a fazer? Que não...

para três questões: chefias militares e estatuto das Forças Armadas, dupla responsabilidade do Governo e Tribunal Constitucional.

"Avante!": O chamado "caso Zenha" e a atitude dos cerca de 40 deputados do PS que se solidarizaram com o presidente do Grupo Parlamentar socialista não poderá intervir de forma a impedir a aprovação na Assembleia do acordo de Mário Soares com a "AD"?

Carlos Brito: O chamado "caso Zenha" e a atitude dos outros deputados é sem dúvida nenhuma um reconhecimento de relevo no processo da revisão constitucional, pois traduz a desaprovção e até a condenação por grande parte do Grupo Parlamentar do PS, incluindo várias personalidades socialistas de muito destaque, de aspectos capitais do acordo "AD"/PS-Mário Soares. Mário Soares e os dirigentes que o acompanham estão, no entanto, a trabalhar afanosamente e jogando mão de tudo, incluindo da intimidação, para impedir que a atitude de desaprovção e condenação de muitos deputados do PS tenha qualquer efeito concreto no plano da votação. É bom, por isso, não alimentar muitas ilusões acerca dos resultados das votações na Assembleia!

Nada a fazer?

"Avante!": Essa observação tem em vista significar que mesmo que 40 deputados do PS votassem com o PCP, o MDP e a UDP, isso não bastaria para periferar o terço necessário para impedir a aprovação de alterações à Constituição? E no caso do Tribunal Constitucional?

Carlos Brito: Poderíamos afirmar-se que a "AD", ainda maioria na AR, pautou a sua actividade em três grandes direcções: A governamentalização da AR, a obstrução às iniciativas dos partidos da oposição tendentes à resolução dos problemas do povo e do País, a degradação do funcionamento e do papel constitucional da AR.

Na verdade, mais de metade

há meio de impedir esta revisão tão perigosa para a democracia portuguesa?

Carlos Brito: Não significa tal. O movimento operário e popular através de grandiosas lutas que incluem duas greves gerais e poderosas manifestações tem demonstrado inequivocamente a vontade de defender o regime democrático e impedir uma revisão da Constituição que se transforme num atentado à democracia portuguesa.

Sabe-se qual é a solução capaz de travar eficazmente a revisão que está em curso na base dos acordos do Mário Soares com a "AD". Sabe-se que essa solução é a dissolução da Assembleia da República. Cada vez mais essa solução se apresenta como necessária, justa e inadiável.

As inadmissíveis e antidemocráticas limitações que a "AD" e o PS-Mário Soares impuseram ao debate parlamentar e a falta de informação e esclarecimento do País desvalorizam a revisão da Constituição que está a ser feita e põem em causa a sua legitimidade.

A dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições legislativas no prazo de 90 dias associada à demissão do Governo Balsemão e à formação de um governo de gestão isento e democrático permitiria não só impedir esta revisão atentatória da democracia, como permitiria a eleição de uma Assembleia de maioria democrática capazes de fazer uma revisão no interesse da democracia. O Presidente da República tem todos os poderes para tomar estas decisões.

"Avante!": Ficou referida a revisão constitucional e factos recentes em destaque na AR. Mas qual a apreensão geral sobre o ano de trabalho parlamentar que agora se vai encerrar?

Carlos Brito: É uma apreensão muito negativa. A análise das 105 reuniões plenárias realizadas pela Assembleia da República desde 13 de Outubro até 15 de Junho, para além de demonstrar que este órgão de soberania foi conduzido à quase paralisia pela maioria numerica de deputados que a "AD" ainda detém, revela também que esta sessão foi, sem dúvida, a sessão parlamentar mais pobre em termos de produção legislativa, em respostas concretas aos grandes problemas do povo e do País.

A actividade da Assembleia da República neste período pode ser caracterizada por dois traços dominantes: da parte da "AD", a continuação da acção tendente à destruição do regime democrático (dando prioridade à consecução da revisão inconstitucional da Constituição e procurando colocar o exercício das competências legislativas e fiscalizadoras da AR ao serviço do seu plano subversivo); por outro lado, fez-se sentir na Assembleia a resistência à acção antidemocrática e anticonstitucional da "AD", destacando-se neste campo a actividade do Grupo Parlamentar do PCP, que através do combate e denúncia das acções do Governo e da coligação governamental, que através de iniciativas que pusem em evidência e desmascararam o carácter reacção e antiparlamentar da "AD".

"Avante!": Seria possível caracterizar melhor os aspectos fundamentais dessa acção antidemocrática da "AD"?

Carlos Brito: Pode afirmar-se que a "AD", ainda maioria na AR, pautou a sua actividade em três grandes direcções: A governamentalização da AR, a obstrução às iniciativas dos partidos da oposição tendentes à resolução dos problemas do povo e do País, a degradação do funcionamento e do papel constitucional da AR.

No caso da composição do Tribunal Constitucional sabe-se concretamente que a UEDS e a ASDI votam contra. Neste caso é mais fácil conseguir o número de deputados capazes de impedir esta alteração à Constituição. Mas não se sabe nada sobre os votos dos deputados do PS e, por isso mesmo, também neste caso é perigoso alimentar ilusões.

"Avante!": Significa isso que não há nada a fazer? Que não...

dos debates legislativos travados no decurso da sessão incidiram sobre propostas de lei do Governo. Das 24 leis aprovadas, 18 resultam de iniciativas do Governo, uma da iniciativa da AR dos Açores e apenas 5 tem origem em projectos de lei dos partidos. E a "AD" pretende levar esta orientação ainda mais longe. Prepara-se para fazer aprovar durante a sessão suplementar em curso certas propostas já debatidas na generalidade e um volumoso pacote de autorizações legislativas de que se destacam a lei eleitoral-burla, e outras peças do pacote antiutárquico, a revisão do Código Penal e da organização judiciária.

Por outro lado, a "AD" promoveu e deu cobertura no plano parlamentar a escandalosas acções e planos governamentais, em particular os tendentes à restrição das liberdades e dos direitos dos cidadãos e dos trabalhadores. Acionou a concessão de urgência à famigerada proposta de lei de liberalização dos despedimentos e contratos a prazo, aprovou todas as medidas de desastre económico e financeiro e de ataque aos direitos sociais no domínio da saúde e da segurança social que o Governo lhe pediu, propôs a alteração da lei dos baldios (procuração do consagrar o esbulho que o Governo vem promovendo) e avulizou de maneira mais cega e indigna as operações de repressão promovidas pelo Governo, dando apoio ao ministro das Finanças, António Correia, designadamente aquando dos trágicos acontecimentos do 1.º de Maio no Porto.

A obstrução "AD"

"Avante!": Os dirigentes da "AD" têm considerado publicamente que a oposição teria visto largamente contempladas as suas possibilidades de intervenção parlamentar, não tendo pois cabimento quaisquer acusações de obstrução...

Carlos Brito: É precisamente o contrário que se tem passado e é fácil demonstrá-lo. Aliás a sessão legislativa começou precisamente com a tentativa de redução brutal das possibilidades de intervenção e expressão dos partidos da oposição através da revisão do Regimento e culminou com a imposição de um regimento-rocha (aprovado com os votos do PS/Mário Soares) para limitar os debates da revisão constitucional.

Mas quanto à obstrução, ela foi sistemática e permanente. A "AD" boicotou sistematicamente a subida a plenário de projectos de lei da oposição. Das iniciativas que esta fez apreciar, por força do seu limitado direito de marcação de ordens do dia, 13 foram rejeitadas (destacando-se os casos dos projectos de lei do PCP sobre revogação das inconstitucionais taxas de saúde e sobre o abaixamento da idade de reforma dos pescadores), 13 aguardam há meses votação na especialidade em Comissão (caso do escandaloso bloqueamento do projecto de lei do PCP sobre a garantia do direito dos delinquentes ao transporte).

Só 4 foram convertidos em lei (e todos eles vinham de sessões legislativas anteriores). Dos 61 projectos apresentados por partidos da oposição nesta sessão legislativa nenhum foi convertido em lei.

Não menos grave foi a obstrução às iniciativas tendentes a efectivar os poderes de fiscalização da AR. A "AD" votou contra a realização de inquéritos parlamentares às ilegalidades do Conselho de Gestão da RTP/Proençima, à actuação do corpo de intervenção da PSP no Porto, ao desenvolvimento dos bens que garantiam as colossais dívidas do ex-banqueiro

Alfonso Pinto Magalhães ao Estado. Tem boicotado, ainda, o funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito aos escândalos da EPAC/AGA, da aquisição de aviões e da atribuição ilegal de reservas na zona da Reforma Agrária.

O que vem sucedendo com os processos de ratificação de decretos-leis representa outro escândalo gritante. A "AD" tem impedido a sua apreciação, quer opondo-se à sua subida a plenário, quer bloqueando e elaborando em Comissão das respectivas leis de alterações. Das 14 ratificações pendentes, só foram debatidas e votadas em plenário as referentes a 5 decretos-leis. Assiste-se ao escândalo de diplomas de importância fundamental como o Código do Processo de Trabalho, o chamado Código Cooperativo, o regime de corcova ou o contrato de serviço doméstico aguardarem há quase um ano a aprovação de leis de alterações.

"Avante!": E aí que assenta, portanto, a acusação de degradação do funcionamento da AR...

Carlos Brito: Sim, mas a realidade é ainda bem mais grave. Pode dizer-se que durante esta sessão legislativa a "AD" agravou o processo de degradação e diminuição do papel constitucional da AR e dos deputados, por mais losos que teça, com notável fanatismo, sobre o seu amor à instituição parlamentar.

Neste ponto chegou-se a assistir a escândalos sem precedentes na vida de Assembleia. O Primeiro-Ministro permitiu-se violar ostensivamente a sua obrigação constitucional de estar presente ao debate da moção de censura apresentada pelo PCP! Quanto ao ministro António Correia, não hesitou em mentir despididamente aos deputados...

Mas a degradação é também notória quando se olha para o funcionamento das Comissões Parlamentares. A "AD" vem impedindo a realização periódica de reuniões de efectivo trabalho, congelando o andamento das petições dos cidadãos, bloqueando e arrastando os processos legislativos.

"Avante!": Mas não será isso um resultado inevitável das crescentes contradições, tensões e tricas existentes entre os partidos e personalidades da coligação governamental (para não referir já a incompetência e a impreparação que os seus deputados têm revelado)?

Carlos Brito: Essas questões são negáveis e têm-se repercutido em todos os aspectos da vida da Assembleia e não apenas no que toca às Comissões. Nunca como nesta sessão legislativa foram tão patentes no próprio plenário, à vista de todos, essas tensões, rivalidades e divisões.

Aliás, logo no início da sessão, por responsabilidade do PSD, o candidato do CDS à Presidência da AR foi derrotado no 1.º escrutínio. Meses mais tarde, por responsabilidade do CDS, o deputado do PSD, Rui Amaral, averbou 4 derrotas até à sua eleição para a delegação portuguesa no Conselho da Europa. Mas todos estaremos bem lembrados de que foi por responsabilidade de toda a "AD" - Governo, PPM, CDS e PSD - que foi sucessivamente adiada, em termos chocantes e lesivos das expectativas e interesses das populações, a criação do concelho de Vizela. Não menos escandalosas as peripécias que conduziram à rejeição da amnistia às infracções disciplinares cometidas em órgãos de comunicação social públicos, e da amnistia que abrangia os presos do chamado "caso PRP". Em

quando estes casos tratava-se de iniciativas também assinadas por deputados da coligação e em que esta recorreu abertamente à chicana processual, originando sucessivas interrupções dos trabalhos, multiplicando pressões aviltantes sobre os seus próprios deputados, exigindo-lhes (e conseguindo) que renegassem compromissos assumidos ou renunciassem ao mandato.

Quando à incompetência e à impreparação, elas têm sido patentes tanto nos debates perante como nos especializados (veja-se o recente caso do pacote da Função Pública). Os trabalhos de plenário revelaram, por outro lado, de forma expressiva, o predomínio nas bandeadas governamentais de concepções e atitudes descabidamente reacçãoárias e ultramontanas (a frase do deputado Morgado durante o debate subsequente à apresentação dos projectos de lei do PCP sobre Maternidade, Planeamento Familiar e Aborto resume exemplarmente a atitude retrógrada de que a coligação governamental deu provas durante a sessão).

O trabalho do PCP

"Avante!": E o Grupo Parlamentar do PCP que atitude teve?

Carlos Brito: O Grupo Parlamentar do PCP bateu-se persistentemente contra os planos subversivos do Governo e da coligação e pela dignidade e eficácia dos trabalhos parlamentares.

É neste quadro que avultam iniciativas de grande significado político como a apresentação de um moção de censura ao Governo Balsemão e a interpegação ao Governo na área da habitação.

O Grupo Parlamentar do PCP procurou levar à Assembleia da República os reais problemas do povo e do País e obter para eles as soluções justas e adequadas. Foi o que fez quanto às liberdades, à defesa dos direitos dos trabalhadores, à garantia dos direitos das mulheres e em tantas outras áreas, através dos meios adequados.

Apresentámos 23 projectos de lei (num total de 89) de que se destacam os relativos à defesa e protecção da maternidade, à garantia do direito ao planeamento familiar e à educação sexual e à legalização do aborto, bem como os referentes à garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos que prestam serviços nas forças policiais, à defesa do direito à habitação e ao reforço do poder local (5 projectos), à garantia do direito à saúde, à distribuição às crianças em idade escolar de um suplemento alimentar completo, à extinção do regime de colónia, à defesa dos direitos dos trabalhadores (revogação do tecto salarial, criação da Escola de Pescas do Norte) e dos agricultores...

Por outro lado, propusemos em conjunto com outros partidos da oposição a constituição de uma comissão de inquérito ao escandaloso desenvolvimento de bens do ex-banqueiro Alfonso Pinto de Magalhães, impugnando a constitucionalidade das propostas governamentais tendentes à liberalização dos despedimentos e à concessão de um canal de TV à Igreja, propusemos a constituição de uma Comissão Especial para os problemas dos deficientes.

Durante a I Sessão Legislativa, os deputados do PCP formularam 656 requerimentos ao Governo (num total de 1935), dos quais somente 274 foram respondidos, sujeitaram a ratificação 43 decretos-leis, produziram 80 intervenções no período antes da ordem do dia.

No prosseguimento dos seus contactos com os trabalhadores e o povo em geral, o Grupo Parlamentar realizou 74 entrevistas nas instalações de S. Bento, recebeu 1627 cartas e exposições (tendo expedido 3960 cartas) participou em centenas de sessões públicas (com destaque para as relativas à revisão constitucional, aos problemas da maternidade, planeamento familiar e aborto, e ao sistema educativo), realizou dezenas de visitas a empresas, autorquias, estabelecimentos de saúde e ensino e tomou parte em numerosas reuniões com trabalhadores e eleitos locais.

Tudo este trabalho permitiu contactar melhor e levar à Assembleia da República os problemas concretos dos trabalhadores e das populações, honrando os compromissos assumidos pelo PCP perante o Povo português.

O «caso» PRP na Assembleia

Mais uma vez o chamado «caso PRP» serviu na Assembleia para fazer passar alguns discursos que continham muito mais do que a matéria relativa às posições da generalidade dos partidos sobre os projectos de lei apresentados. Se todos os socialistas pareciam de acordo sobre os projectos que subscreveram com outros partidos e de que Salgado Zenha foi o apresentador, a maioria da bancada do PS aplaudiu-lhe mais as palavras que subentendiam uma crítica aos socialistas. Nomeadamente quando o dirigente do PS verberou a posição daqueles que, servindo-se da disciplina partidária, pretendem proibir a liberdade de voto no hemiciclo. Assim as palavras de Zenha foram em dada altura mais viradas contra uma parte do seu partido que contra a «AD», o adversário principal dos projectos em debate na sexta-feira passada.

A «AD», entretanto, fez mais uma vez triste figura. Não apenas porque manifestou mais uma vez a sua intransigência sem a conseguir fundamentar (só Rui Pena, do CDS, mostrou alguma coerência revelando que ele e os seus são insensíveis às situações de injustiça que a prisão preventiva permitida pelas actuais disposições legais produz).

Do lado do PSD ficou a incoerência e o PSD estilhaçou-se em «sensibilidades». Também em vozes. Em debilidades. Em discursos vários. Em ausências. Em despedidas.

Sousa Tavares, que já esteve de quarenta dias - até que o chamaram novamente para liderar a sua bancada na revisão constitucional, não esteve lá. Helena Roseta subiu à tribuna de óculos escuros para apresentar as

suas despedidas renunciando ao lugar de deputada. Declarou que só votaria os projectos se o seu voto fosse necessário, isto é, se, contas feitas (anteriormente à votação), ela verificasse que o seu voto determinava a aprovação dos projectos.

Mas a deputada já sabia que assim não ia ser. Que o seu partido «deu liberdade de voto» se essa liberdade não pusesse em risco o resultado da votação. PSD por um lado e Helena Roseta por outro tomavam assim inúteis as intenções que declararam perfilar. As saídas da sala foram controladas e saíram da sala tantos deputados do PSD quanto nós faziam falta para reprová-lo projecto...

Moura Guedes, Amândio e Amélia de Azevedo, Nuno Rodrigues dos Santos e Castro Caldas abandonaram a sala. Natália Correia, depois de um discurso aplaudido pelo PS e

o rigor

O primeiro dos projectos reuniu os votos de todos os subscretores. O PCP absteve-se. Os comunistas votaram do lado do PS, da ASDI, do MDP, da UEDS e da UDP no segundo projecto. Não sem que, antes, o camarada Lino Lima, num discurso proferido na tribuna, explicasse as razões da posição do Partido Comunista Português. Com o rigor habitual. Rigor que, no entanto, não agradaria a muitos dos que assistiam. É que o caso do PRP, a expectativa de morrerem por greve da fome alguns dos seus presos, a dramaticidade de que o caso se tem revestido tem provocado grande tensão na opinião pública. O PCP

deixou de se referir a uma outra expectativa - esta artificial -, a de que os projectos, se fossem aprovados, poderiam resolver os casos de todos os presos.

«E preciso dizer desde já com grande clareza», sublinhou Lino Lima, «que os resultados da votação de hoje, ainda que positivos, não resolverão sequer a maioria dos casos dos presos do PRP».

E o deputado explicou que a restrição de um dos projectos a casos predominantemente políticos, só beneficiaria três dos presos. Por outro lado, Lino

Lima avisou que, mesmo se os dois diplomas fossem votados favoravelmente, o caso de Amílcar Romano, um dos grevistas da fome, não seria abrangido.

Assistiu-se mais tarde, a uma manobra do PSD, completamente enredado na sua falta de razão. Enquanto a tensão subia, o deputado Fernando Costa veio dizer que havia um projecto de alteração da lei penal para obviar aos casos de prisão preventiva exagerada. Daí a pouco, o deputado do PPM, Borges de Carvalho disse que o projecto era do seu partido. E Fernando Costa (como se contasse aque-

le que vai fazendo apelos a que o quorum se estabeleça.

Entretanto entrou-se lá no capítulo dos direitos, liberdades e garantias. E, logo à volta de um aditamento proposto pelo PCP ao artigo que garante aos trabalhadores a segurança no emprego e proibe o despedimento sem justa causa, houve paragem. O PCP pretendia alargar o âmbito desta garantia, devendo o despedimento ser sempre precedido de processo disciplinar com garantias de defesa do arguido e audição prévia de organizações representativas de trabalhadores.

A «AD» afinou. Enquanto o

ináfável Cavaleiro Brandão revelava a sua filosofia contra os trabalhadores sem perder as maneiras, o deputado do PSD - tantas vezes recusado pelos seus pares na eleição para o Conselho da Europa - Rui Amaral, perdia as maneiras e a cabeça, afirmando-se contra a... União Soviética. O que lhe valeu a observação de Veiga de Oliveira de que nem a CIP gostaria das razões que apresentava.

A «AD» derrotaria ainda na semana passada a consagração no texto constitucional do direito de petição, proposto pelo PCP e pelos partidos que integraram a FRB.

atribuída ao Bocalejo), disse que o que aquele senhor tinha feito não fora ele, etc. Nos corredores falava-se de que, efectivamente, o deputado do PSD, Castro Caldas, tinha adiantado um projecto nesse sentido. E, mais tarde, que o Governo também tinha um diploma prontinho a sair.

Enquanto o projecto vai e vem, neste caso, as injustiças continuam. E a Assembleia é abalada por tensões cada vez mais agudas. Na sexta-feira passada, um antigo secretário-geral do então PPD, Emídio Guerreiro (o tal das 50 mil ar-

mas, lembram-se?) que assistia ao debate nas bancadas dos jornalistas estrangeiros, gritou no final algumas acusações contra os deputados da «AD», acusações sublinhadas com aplausos de outras pessoas que também se aglomeravam nos locais reservados aos jornalistas. Cá fora, nos corredores, registavam-se algumas cenas entre deputados, apartados por coligações, para não chegarem a vias de facto.

O clima de ansiedade à volta do caso apenas começou a desenvolver-se.

quando é a própria «AD», no Governo, a impedir a tomada de posse de trabalhadores eleitos para os órgãos de gestão.

Então, Sousa Tavares, que estava numa tarde assim, propôs que a substituição fosse adiamento, e que fizessem as expressões de controle de gestão e participação na gestão. Barafunda. Beirici e Cavaleiro Brandão, preceptivaram-se. E logo a seguir este último deputado retirou, em nome da «AD» a sua proposta. Sousa Tavares concordou. O PPM, engasgado, também. Assim vão os entendimentos da maioria... e ainda a procriação vai no adro.

As fintas da «AD»

...

Poder local

Encontro autárquico: APU concorrerá de novo em todo o Distrito de Lisboa

Com 279 inscritos representando todos os concelhos do distrito de Lisboa — Alenquer, Amadora, Arruda, Azambuja, Cadaval, Cascais, Loures, Lourinhã, Mafra, Oeiras, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras, Vila Franca de Xira e Lisboa — realizou-se no passado sábado nas instalações do Clube Ferroviário o Encontro Distrital de Lisboa da APU. Presentes representantes de todas as zonas do Comité Local de Lisboa (CLL) do PCP, do MDP/CDE, da JCP, do MDM e diversos independentes; participaram também na sessão vários membros da DORL e do CC do PCP. Assistiram aos trabalhos mais de quatrocentas pessoas.

Em 1979 a APU passou a deter a presidência em 5 câmaras municipais contra uma única que tinha em 1976, assim como em 49 freguesias contra as 19 obtidas nas eleições em 1976. Neste momento existem 1300 eleitos APU no distrito.

Aos concelhos e freguesias de presidência APU corresponde uma área geográfica de cerca de 1118 km², ou seja 40,51% da área global do distrito, assim como 779 000 habitantes (37,78% do total do distrito). Estes dados falam da enorme responsabilidade na Administração Local detida pela APU no distrito de Lisboa — aliada a um prestígio que tem crescido graças à competência, honestidade e dinamismo da generalidade dos eleitos da Aliança Povo Unido no cumprimento dos seus mandatos.

«Onde as câmaras e juntas de freguesia são de presidência APU — sublinhou o Encontro — o volume de obras realizadas, o empenho e dedicação na resolução dos mais variados problemas são a prova do que os comunistas, os membros do MDP/CDE e os elementos independentes seus aliados são capazes de fazer quando detêm a possibilidade de decidir dos destinos de uma autarquia».

Sem uma discriminação aprofundada do trabalho realizado mesmo assim é impressionante o volume e amplitude da acção

dos eleitos da APU no distrito de Lisboa: centenas de quilómetros de novas estradas e caminhos vicinais, alargamento e melhoramento, reparação e conservação de outros, aruamentos, colocação de muitas e muitas centenas de abrigos nas paragens dos autocarros, construção e reparação de dezenas de pontões, muros de protecção de terras, placas toponímicas e de trânsito; centenas de quilómetros de novas redes de abastecimentos de água e electricidade e reforço de outras, chegando pela primeira vez a centenas de lugares (bairros e aldeias, povoações e casais), dezenas de novos balneários e sanitários públicos, de fontanários, tanques, depósitos e lavadouros; ampliação das redes de esgotos e construção de dezenas e dezenas de esgotos, novas fossas e aterros sanitários, novos sistemas de recolha de lixo e a colocação de milhares de contentores; construção de vários cemitérios e a beneficiação de muitos outros; reparação e beneficiação de igrejas; construção de dezenas de novas escolas com centenas de salas de aula, reparação e beneficiação de muitas outras; subsídio de aleitação, dezenas e dezenas de novas creches, infantários e parques infantis, combate ao analfabetismo; apoio às vítimas de cheias e temporais, colónias de férias para crianças e terceira idade; novos centros de saúde, lares, centros de dia, apoio aos serviços médico-sociais e hospitalares; apoio às Casas do Povo e às reivindicações dos pequenos e médios agricultores; novos mercados, jardins e ajardinamentos, plantação de milhares de árvores e arbustos, etc., etc.

É uma longa lista de melhoramentos feitos por autarquias de maioria APU, em que



No Encontro, bastante participado, foi feito um balanço da acção realizada no Distrito de Lisboa pela APU durante estes quase três anos de trabalho autárquico

a participação criadora das populações foi decisiva.

Entretanto — como também se sublinhou no Encontro — as autarquias de maioria "AD" comportam-se a nível municipal e de freguesia como o seu Governo a nível nacional: contra as populações, esquecendo todas as promessas que demagogicamente fizeram ao eleitorado.

«A prática do PS, em vários casos, tem acompanhado este tipo de gestão "AD", realizando localmente alianças de facto com a coligação reacçãoária, semelhantes às que o PS/Mário Soares fez para destruir a Constituição de Abril»; são disto exemplos mais significativos e

chocantes os registados nas Câmaras da Amadora, Azambuja e Loures, visando exclusivamente boicotar o trabalho da APU.

Incapazes de sensibilizar as forças e energias populares e apresentar soluções sérias e válidas, por um lado, e permitindo e incentivando por outro práticas especulativas e fraudulentas, a "AD" e em especial o PS, em várias câmaras e muitas freguesias, nada fazem; entretanto (e por sistema) a sua política nas autarquias de maioria APU é a do boicote, da abstenção, do ataque sujo e sectário».

«É útil comparar as realizações — considerou o Encontro Distrital de Lisboa da APU — é

útil verificar os números daquilo que foi realizado para se saber, preto no branco, quem ouve as populações e quem se serve dos votos que tem para fazer coisas que nada têm a ver com o interesse popular».

O Encontro dedicaria ainda a sua atenção à ofensiva do Governo "AD" contra o Poder Local democrático e manifestaria a confiança no reforço das posições da APU nas próximas eleições gerais autárquicas, aumentando o número de eleitos em todo o distrito e alcançando novas vitórias em importantes concelhos e freguesias.

A melhor garantia disso é o trabalho realizado, e bem conhecido das populações.

Tiraspol: geminação com Santarém

Ratificou-se no passado dia 15 a geminação entre as cidades de Santarém e Tiraspol; esta última pertence à República Socialista Soviética da Moldávia e o acto processou-se na capital ribatejana, assinando o presidente da CMS, Ladislau Teles Botas, e o presidente do Comité Executivo do Soviote dos deputados do Povo, da capital da Moldávia, engenheiro Victor Sinev.

Na cerimónia, a que assistiram o embaixador e o adido cultural da URSS no nosso país, a vereação de Santarém, elementos da Assembleia Municipal e do departamento de Cultura, Turismo e Tempos Livres, usaram da palavra os dois responsáveis máximos da vereação das duas cidades e o dr. Rui Luis Gomes, presidente da Associação de Amizade Portugal-URSS, e o dr. Martinho do Rosário, presidente da Assembleia Municipal de Santarém.

O acordo «tem como linhas essenciais a troca de experiências no campo cultural, económico e técnico, comprometendo-se ambas as partes a divulgar todas as iniciativas que considerarem válidas para as respectivas cidades», segundo as palavras do dr. Carlos Abreu, vereador do pelouro da Cultura, Turismo e Tempos livres da cidade escalabitana.

Prevê-se para breve a visita a Tiraspol (capital da Moldávia) de uma equipa de técnicos portugueses.

Porto contra aumentos da electricidade

«Só os eleitos da APU têm assumido uma posição clara e inequívoca contra os brutais aumentos da energia eléctrica nos diferentes órgãos autárquicos; assim aconteceu mais uma vez na Câmara do Porto, onde foi deliberado proceder a um estudo mais aprofundado do problema, assim tem acontecido em Vila Nova de Gaia (onde já há uma tentativa de aumentar as tarifas para 3,25 — o em Setembro para 4,75), em Matosinhos (onde o PS e a "AD" já aumentaram as tarifas para 3,25), em Vila do Conde, Póvoa, Valongo e outros concelhos do distrito.»

Este alerta vem dos eleitos da Aliança Povo Unido que, na região do Porto, enfrentam mais este «aspecto» da ofensiva «AD» contra o interesse das populações.

«O PS mantém as suas posições dúbias, contraditórias e de duas faces — recorda a APU do Porto — e em alguns órgãos até de total convicção de promoção aos aumentos, como nos casos concretos do presidente da Câmara de Matosinhos e dos vereadores da Câmara de Gondomar».

A APU já propôs em Gondomar, na reunião da Câmara, a demissão da CA dos SMEA, o que permitiria garantir a suspensão dos aumentos, mas o PS absteve-se, entregando a capacidade decisória a «AD», um exemplo mais...

«A luta continua, reforça-se e alarga-se» sublinha a APU do Porto. As comissões unitárias de mulheres convocaram já para o próximo dia 2 de Julho uma manifestação que está a registar a maior adesão de diferentes estruturas populares contra a carestia, os aumentos das tarifas da energia e por uma vida mais digna.

Entretanto estão a ser recolhidas milhares de assinaturas no Porto, Matosinhos, Póvoa e outros Concelhos da região do Porto contra os aumentos das tarifas.

Cinema da RFA em Moscavide

A frente Cultural Popular da CM de Loures promove(u) ao longo deste mês as segundas, quartas e sextas-feiras, pelas 21,30, um ciclo de cinema da RFA na Casa da Cultura de Moscavide. Em «reprise» obras de Fassbinder, Schilling, Lemke, C. Ziewer, V. Schlöndorff e Werner Herzog. Colaboram nesta iniciativa o Instituto Alemão no nosso país, a Câmara Municipal de Loures e a Junta de Freguesia de Moscavide.

Trabalhadores

Informação sindical

● **Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP-IN** — Para decretar «as formas de luta que melhor correspondam à necessidade de defender o interesse dos trabalhadores e do País, a Inter reunirá no dia 2 de Julho o seu plenário nacional em Lisboa. A CGTP-IN, depois de uma reunião da comissão executiva do secretariado nacional, onde foi marcada a data do plenário, tornou público, nomeadamente, que «não aceitará que novos sacrifícios sejam exigidos aos trabalhadores, quando existe a consciência de que desses sacrifícios apenas resultará o aumento da exploração».

● **Sindicato dos Jornalistas** — Uma «declaração altamente ofensiva da dignidade dos jornalistas portugueses, proferida pelo embaixador do Estado de Israel em Lisboa», durante a entrega de um abaixo-assinado, mereceu «profunda repulsa» do Sindicato dos Jornalistas, «constituindo grave violação das normas reguladoras da actividade das representações diplomáticas. Comportamento vexa, acrescenta o SJ num telegrama, face jornalistas portugueses denuncia mentalidade agressiva subjacente agressão de Israel ao povo libanês sem poupar população civil incluindo mulheres, crianças e doentes internados».

● **A situação dos trabalhadores agrícolas e o Governo "AD"** — Com este título, o Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura, Pecuária e Silvicultura do Distrito de Lisboa (Vila Franca de Xira) acaba de distribuir um comunicado no qual, sublinha a dada altura que, após quase 3 anos de Governo "AD", no caso concreto dos assalariados rurais, «os trabalhadores perderam mais de 33 por cento do seu poder de compra, sendo actualmente o salário mínimo de 8950 escudos. O que abrange o maior número de trabalhadores é de 11 210 escudos. E se não tivessem resistido e lutado — acrescenta o Sindicato — a situação era ainda pior, como foi a tentativa de imposição das duas zonas para o CCT da Azambuja, em que uma zona teria aumentos de 18 por cento e outra zona não teria qualquer aumento, e a tentativa do tecto salarial na Companhia das Lezírias, EP». O Sindicato exige a

demissão do Governo, a dissolução da AR e a convocação de eleições.

● **Governo condenado na OIT por violação da liberdade sindical** — O comité de liberdade sindical da OIT (Organização Internacional do Trabalho) depois de analisar a queixa contra o Governo "AD" por violação de liberdade sindical apresentada pela CGTP-IN e pela Federação dos Sindicatos Têxteis, Lanifícios e Vestuário, aprovou uma recomendação proposta ao BIT (Bureau Internacional do Trabalho) «que constitua uma condenação inequívoca da conduta ilegal do Governo». Num comunicado subscrito por várias associações sindicais acrescenta-se que «o comité de liberdade sindical considerou que o Governo AD, ao pretender impor "convenções" subscritas por organizações minoritárias, através de portarias de extensão, nega o exercício do direito de contratação colectiva às associações sindicais representativas da esmagadora maioria dos trabalhadores, procurando reduzir as condições de trabalho pela retirada de direitos e regalias».

● **CTT, «Em causa a liberdade e o direito à contratação colectiva»** — A Federação Nacional dos Sindicatos das Comunicações e Telecomunicações (FCT), o Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações (SNTCT) e o Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector das Telecomunicações dos CTT (SINTEL) subscrevem um comunicado recente no qual reafirmam que ainda se está a tempo de «evitar mais um grande conflito nos CTT». Aquelas associações sindicais representativas da quase totalidade dos cerca de 30 mil trabalhadores da empresa não estão dispostos a aceitar nova Portaria de Extensão, ou outra via administrativa na revisão do acordo colectivo para o sector. Exigem negociações directas com a administração. A proposta de revisão dos salários já foi apresentada pelos Sindicatos em Abril.

● **Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores das**

Empresas de Transportes. — Reunem-se hoje em encontro nacional pelas 15 horas em Lisboa as CTs do sector «para analisar a situação e decidir sobre as acções a desencadear na defesa das empresas e os trabalhadores que representam».

● **Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal.** — Dois elementos do secretariado desta Federação, na sequência da visita efectuada à República Popular de Angola a convite do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria Pesada, assinaram em nome da Federação um comunicado conjunto com aquele Sindicato. Num outro comunicado sobre a situação política, económica e social do nosso país a mesma Federação reclama a demissão do Governo "AD".

● **Eleição da Comissão Coordenadora das CTs da Banca** — Com 6 dos 11 mandatos, uma lista unitária foi eleita recentemente para a Coordenadora da Banca. Concorreram 3 listas (A, B e C) que obtiveram respectivamente 57, 33 e 28 votos a que correspondem 6, 3 e 2 mandatos.

● **Letra Nova** — «Olha lá: há alguma novidade sobre a revisão do contrato? Esta é uma pergunta que diariamente é posta aos elementos do secretariado sindical. Invariavelmente responde-se: — Não temos conhecimento de nada. Este diálogo, apesar de curto e simples, encerra uma profunda e clara definição da vida sindical dos bancários», segundo refere a célula do PCP no Banco Totta & Açores na primeira página do seu boletim «Letra Nova» de Junho corrente.

● **ORTs da FEMSA** — As organizações representativas dos 221 trabalhadores desta empresa, com sede em Vila Cortez do Mondego, na Guarda, distribuíram documentos sobre a repressão interna visando nomeadamente o despedimento de mais de 50 trabalhadores submetidos a processos disciplinares na sequência da greve geral. O envio de notas de culpa aos elementos da CT, as tentativas para dificultar a actividade sindical e a falta de garantias quanto ao futuro imediato da empresa e dos postos de trabalho preocupam seriamente os trabalhadores e os seus representantes que se movimentam no sentido de salvaguardar os direitos, garantias e interesses dos seus companheiros e de manter a empresa em laboração.

● **Jogos florais dos metalúrgicos** — Termina em 31 de Julho próximo o prazo para a entrega de trabalhos concorrentes aos jogos florais organizados pelo Sindicato dos Metalúrgicos do Sul. Nas modalidades de prosa, poesia e ensaio, os originais estão sujeitos a um regulamento já em distribuição. Podem concorrer todos os filiados naquele Sindicato e também os não filiados desde que exerçam a sua actividade em empresas do sector da metalurgia e metalomecânica do Sul. Entre 3 e 10 de Outubro próximo, divulga ainda o Sindicato, decorrerá na Oficina da Cultura em Almada «uma exposição da arte dos metalúrgicos». O prazo para entrega dos trabalhos termina em 31 de Julho.

● **Plenário da Ormis** — Reunidos recentemente, os trabalhadores da Ormis (Alcochete, Matosinhos e Olhão) aprovaram sem votos contra e com uma abstenção um documento reclamando o saneamento da estrutura financeira da empresa, uma adequada gestão financeira e comercial e a aplicação de uma profunda reorganização interna. Os trabalhadores da Ormis exigiram recentemente que fossem arquivados os processos disciplinares instaurados aos delegados e a um dirigente sindical, anulado o processo de despedimento colectivo de 77 trabalhadores e garantido o pagamento normal dos salários no dia 30 de cada mês.



Dourado: uma exposição na Amadora

Dourado na Amadora

De 16 de Junho a 6 de Julho estará aberta ao público uma exposição de 156 desenhos (parte inéditos) da autoria de Cipriano Dourado. Local: Galeria Municipal da Câmara Municipal da Amadora.

Ainda está a tempo! O horário de funcionamento da Galeria é das 9 às 23 de segunda a sexta-feira e das 15 às 23 horas nos sábados, domingos e feriados.

Almada: APU presta contas

Tal como estava previsto, realizou-se no passado sábado a primeira visita APU no concelho de Almada sob o lema «APU Presta Contas». A «primeira volta» teve lugar na Freguesia da Costa da Caparica e envolveu mais de uma dezena de pessoas ligadas ao trabalho autárquico (em relação à Costa da Caparica ver reportagem no suplemento).

Nos contactos havidos com a população — que decorreram com uma vivacidade digna de registo, tanto mais que se trata da única Freguesia do Concelho onde a APU não tem a maioria — ganhou particular relevo a apresentação e discussão dos problemas da área



APU presta contas na Costa da Caparica

da Fonte da Telha. Ali, num plenário espontâneo com a população, ficou bem claro que se APU não faz mais, tal deve-se ao corte de verbas para as autarquias do concelho de Almada (que ultrapassou o milhão e cem mil contos) e ainda por evidentes dificuldades técnicas por parte da CMA.

Eis o calendário da «APU Presta Contas» previsto para os próximos tempos: Dia 26/6/82 — Trafaria; 10/7/82 — Monte da Caparica; 17/7/82 — Feijó; 24/7/82 — Laranjeiro; 31/7/82 — Pragal; 7/8/82 — Piedade; 14/8/82 — Sobreda; 4/9/82 — Charneca; 11/9/82 — Almada.

Todos estes contactos se processam das 14 às 24 horas, estando previstos plenários ou outras formas colectivas de discussão dos problemas.

BOLETIM DE INFORMAÇÃO

Documentos dos partidos comunistas e operários em artigos e intervenções de grande actualidade

edições Avante!

SCS

SINDICATO DO COMÉRCIO DOS SERVIÇOS DE LISBOA

1º ENCONTRO DE DELEGADOS E ACTIVISTAS SINDICAIS DA ZONA DA BAIXA 26 JUNHO

CENTRO SOCIAL E CULTURAL DO COMÉRCIO - BOLESL 113

Sumário das lutas

Anunciada uma semana de esclarecimento em Lisboa e um plenário nacional da Inter para 2 do corrente, depois de movimentações distritais em Setúbal e no Algarve, o movimento sindical unitário, além das lutas em empresas e sectores, congrega e transmite o grande descontentamento popular contra a manutenção em funções do Governo «AD» (remodelado) que continua agravando uma situação insuportável para as classes trabalhadoras com as tentativas de congelamento dos salários e a subida geral dos preços que se anuncia com o aumento dos

combustíveis. Prolongam-se entretanto as formas de luta, são anunciadas novas greves e paralisações e as movimentações continuam em sectores como os transportes, mármore, hidratos de carbono do Norte, indústria naval. A contratação colectiva nas empresas e sectores tem levado a paralisações na Cometna, Lisnave, Setenave, Parry & Son, grupo Previdente, Portugal e Colónias, Entrepósito Industrial de Setúbal, nesta contra o despedimento sem justa causa de um trabalhador. Destaque especial merecem formas de luta

anunciadas ou outras acções solidárias com trabalhadores, dirigentes, delegados sindicais e outros representantes dos trabalhadores atingidos pela repressão patronal por usarem normalmente os seus direitos e cumprirem os seus deveres sindicais. E o caso da Centrel onde foram levantados nove processos disciplinares. É o caso de outras empresas onde as ORTs (organizações representativas) continuam a exigir o fim das medidas repressivas e a criação de condições para o exercício legal das liberdades sindicais.

UMA NOVA PUBLICAÇÃO

Documentos dos Partidos Comunistas e Operários em artigos e intervenções de grande actualidade

edições **Avante!**

À VENDA OS DOIS PRIMEIROS NÚMEROS

Festa do Avante!

NOVIDADE

APU ALTERNATIVA

Procura nos Postos de Venda, Cidade da Juventude e Comité Local de Lisboa

Avante! festa do

Cidade do Desporto

Um último arranque nos trabalhos de implantação!

Mais de duas mil pessoas trabalharam no Alto da Ajuda no passado fim-de-semana

Polivalente desportivo
● **Sexta-feira**
19.00 — Desporto para deficientes
21.00 — Apresentação de colectividades populares

● **Sábado**
10.00 — Actividades para Pioneiros
14.00 — Torneio de futebol "Avante!", quartos-de-final
18.00 — Jogo de andebol (Almada-Lisboa)
21.00 — Festival Internacional de Ginástica, com a presença de Campeões do Mundo e Olímpicos. Representantes da URSS, Checoslováquia, Bulgária

● **Domingo**
10.00 — Apresentação do Jogo do Pau e Folclore
11.00 — Festival Internacional de Ginástica, com a presença de Campeões do Mundo e Olímpicos. Representantes da URSS, Checoslováquia, Bulgária
14.00 — Torneio de futebol "Avante!", meias-finais
16.00 — Futebol feminino
17.00 — Actividades para Pioneiros
18.00 — Torneio de Futebol e Andebol da JCP, finais
21.00 — Torneio de futebol "Avante!" — final
22.00 — Apresentação de colectividades populares

Pavilhão do Xadrez e Damas

● **Sexta-feira**
20.30 — Simultâneas sem limite de tempo com a participação do GM Iuri Averbaj

● **Sábado**
10.00 — Simultâneas com limite de tempo (1.30 h), com a participação do GM Iuri Averbaj
— Início do II Torneio Nacional de Damas
14.00 — Simultâneas sem limite de tempo
— Continuação do II Torneio Nacional de Damas
20.30 — Início do IV Torneio Internacional de Xadrez (1.ª fase) com a participação do GM Iuri Averbaj

● **Domingo**
11.00 — Continuação do IV Torneio Internacional de Xadrez
— Continuação do III Torneio Nacional de Damas
14.00 — Simultânea sem limite de tempo
— Continuação do III Torneio Nacional de Damas
— Jogo da Ronda
21.00 — IV Torneio Internacional de Xadrez, final
— III Torneio Nacional de Damas, final



Centenas de atletas na Corrida Popular do «Avante!»

Realizou-se no domingo passado a já tradicional Corrida Popular do «Avante!» — V Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria. Em Lisboa, Coruche (Santarém), Marinha Grande, Moita, Montijo, Évora, Beja e Setúbal centenas de atletas de mais de trinta colectividades participaram nesta jornada desportiva, de alegria e divulgação da Festa.

Utilizando um esquema original no nosso país, elaboraram-se classificações nacionais (por colectividades e por localidades) sendo as informações recolhidas por telefonema no próprio dia da realização da corrida. Assim, a Comissão Desportiva da Festa do «Avante!» pedem-nos que divulguemos os resultados da Corrida Popular do «Avante!».

Classificação por colectividades:

- 1.ª Comissão de Moradores - (Zona Sul) — Baixa da Banheira — 46 pontos
- 2.ª Bairro do Areal — Montijo — 43 pontos
- 3.ª Chinguilho do Lavradio — Moita — 41 pontos

Classificação por localidades:

- 1.ª Moita — 182 pontos
 - 2.ª Montijo — 131 pontos
 - 3.ª Beja — 89 pontos
- Os prémios serão distribuídos na Cidade do Desporto, na Festa do «Avante!», no dia 4 de Julho pelas 12 horas, no final do Festival Internacional.

No Porto

É já no próximo domingo, no Porto, a Corrida Popular do «Avante!» — Corrida da Saúde e Alegria. Com início na Praça da Liberdade, às 10 horas, os corredores darão a sua volta seguindo depois pela Rua da Canelelha Velha, Rua Firme, Avenida D. João IV, Rua da

Alegria, Marquês de Pombal, Rua da Constituição, Rua Serpa Pinto, N.S. de Fátima, e Rotunda da Boavista, até à meta na Avenida da Boavista, em frente ao CT do PCP. Ainda no domingo, realiza-se pelas 15 horas no CT da Boavista, um torneio preparatório de Xadrez.

II Grande Prémio Avante/82

Américo Silva, do Manique, foi o vencedor do II Grande Prémio «Avante!»/82, prova de ciclismo integrada nas realizações desportivas da Festa, aberta às categorias juniores e seniores B.

Participaram cerca de quatro dezenas de ciclistas que saíram das Portas de Benfica com destino ao Alto da Ajuda, com passagem pela Amadora, Belas, Idanha, Telhal, P. Pinheiro, Malveira, Bucelas, Póvoa de S. Iria, Sacavém, etc. Carlos Marta (Lousa) concluiu a prova com o mesmo tempo de

Américo Silva: 2 horas, 46 minutos e 2 segundos. Vejamos as restantes classificações individuais (até ao 10.º): 3.º, Fernando Ventura (P. Loures), 2.48.49.4; 4.º, António Duarte (Carnide), 2.48.51.5; 5.º, Luis Esteves (Carnide), 2.49.00.6; 6.º, José Ajuda (Dimope), 12.50.43; 7.º, António Viana (P. Loures), 2.54.14.8; 8.º, José M. Nicolau (Dimope), 2.55.22.9; 9.º, José Ferreira (Malveira); 10.º, Carlos Nunes (Dimope). O 9.º e o 10.º classificados tiveram o mesmo tempo do 8.º. Classificação por equipas: 1.ª, Carnide (8.37.34); 2.ª, Pinheiro de Loures (8.38.43); 3.ª, Dimope (8.41.27); 4.ª, Manique (8.45.28); 5.ª, Malveira (8.54.48).

Torneio de futebol O ponto da situação

Estão a decorrer as jornadas de apuramento dos grupos (regiões), que darão acesso à fase final do torneio de futebol de salão da Festa do «Avante!». Esta iniciativa reuniu mais de 3 mil participantes em actividades realizadas ao longo de dois meses.

Litoral e Beira Interior) foi apurada a FIAC — Frente Internacional dos Apanhados da Conchada, conforme já noticiamos anteriormente. No grupo 3 (OR's de Leiria e Santarém) foi apurada a equipa do Bairro Anjos (Leiria). Esta equipa empatou com a representativa de Santarém no primeiro encontro mas venceu no segundo por 4-1.

Desportos de Mira Sintra-Os Cardosos de Arruda dos Vinhos, a disputar brevemente (equipa B). No grupo 5 (OR de Setúbal) está já apurada a equipa de Sines (equipa B), que venceu Grandola por 3-1, no passado dia 19, e a outra turma a apurar (equipa A) sairá do encontro Seixal-Alcochete, a realizar no próximo sábado, dia 26, às 21 horas, no Barreiró. Finalmente, no grupo 6 (OR's do Alentejo e Algarve) foi apurado o «team» do Operário de Beja, que no passado dia 19, venceu «Os Cravos» (Faro) por 4-1.

Calendário da fase final

DIA	HORA	JOGO	EQUIPAS	FASE
3-7-82	14.00	A	Grupo 1-Grupo 6	1/4 Final
	15.00	B	Grupo 3-Grupo 4 A	
	16.00	C	Grupo 2-Grupo 5 B	
	17.00	D	Grupo 4 B-Grupo 5 A	
4-7-82	14.00	E	Vencedor de B-Vencedor de D	1/2 Final
	15.00	F	Vencedor de A-Vencedor de C	
	21.00	G	Vencedor de E-Vencedor de F	

Nota: As equipas devem apresentar-se junto do polivalente da Cidade do Desporto, 30 minutos antes do início dos jogos.

Nove dias nos separam do início da Festa. Quando, de amanhã a oito dias, sexta-feira, o ponteiro menor do relógio tocar nas 19 horas, se abrirem os portões e o terreno que já foi de pedra receber o primeiro grande banho de multidão, a fisionomia do Alto da Ajuda estará alterada: a imensa encosta de oitros postos no Tejo reencontrará o seu espaço de fraternidade, receberá os mil e um abraços de quantos cantos se estendem de Norte a Sul do País.

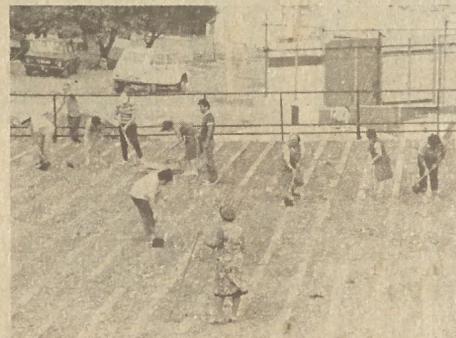
Ó pá, então por aqui?!

Não há limite para o sonho (ó pá, então por aqui?!). A Festa é a nossa dimensão — projecto antigo materializado em Abril por que. Ali à beira do Tejo na memória das caravelas da pimenta que se foi, na FIL os senhores recordam-se, exactamente quando Portugal assumia os quês e porquês dum tão vilipendiada missão histórica. A de «dar novos mundos ao mundo», daquela vez citando a preceito o Poeta humanista que nos corre nas veias (ó pá, então por aqui?!). Não há limite para o sonho; é sempre urgente verbalizar a verdade, sobretudo porque se lutou por ela na carne viva de uma resistência, a mais velha da Europa... Além disso somos um Povo que tem na Festa uma das linhas do seu perfil (alegre e generoso, ao que se concluiu na calda dos tempos); que nela materializa a força de existir, a capacidade de ser, a determinação de resistir ao que der e vier (ó pá, então por aqui?!). Na FIL, depois no Jamor, agora no Alto da Ajuda — sempre no espaço que escancarámos em Abril na Festa que nos festeja (ó pá, então por aqui?!). Festa do «Avante!», sétima edição, Alto da Ajuda, 1982. O futuro está connosco. (ó pá, então sempre por cá...).

imponente, impar no Portugal de Abril. Mas a Festa que vai ser, já começou já lá está. Há muito. Palpável, bem à vista, já se reconhece de novo o «milagre». O «milagre» da multiplicação das horas do dia, das semanas, pelo trabalho de muitos homens, mulheres e jovens, comunistas e amigos do Partido. E é vê-la crescer. Crescer à medida do contributo individual e das organizações do Partido. Naqueles hectares, em cada tubo montado, em cada painel pintado, na vala aberta ou no prego pregado está um pouco de todos nós. Trabalhar na (e para a) Festa é um acto feito com carinho e dedicação que se repete de forma renovada todos os anos. Depois, quando pronta, contemplá-la, vivê-la e prosseguir o trabalho, é outro acto de amor de onde se retirará então a única e merecida recompensa: a satisfação da tarefa cumprida. E no último fim-de-semana assim foi também. Mais de dois mil camaradas participaram nas jornadas

de trabalho cumprindo no essencial o programa que fora estabelecido. «Ajeitas-te a quê, camarada?» — ouvimos perguntar, invariavelmente, na mesa de recepção, a

mãos de todas as idades e profissões. Muito já foi feito, é certo, mas muito está ainda por fazer. Nestes últimos dias, neste arranque final é decisiva a participação de



todos quantos se apresentavam para a jornada. E depois era o pegar na ferramenta, o distribuir de tarefas, a integração nas brigadas e o nascer do trabalho... trabalho executado por

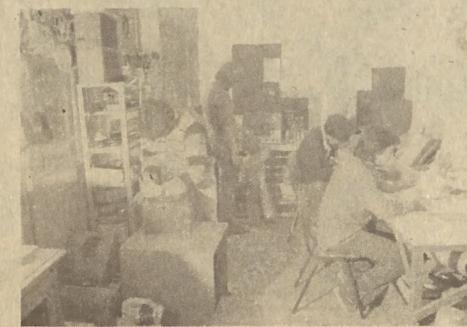
Os resultados obtidos são considerados francamente positivos. De assinalar, é também o magnífico exemplo que nos chega do Gabinete Técnico e da Comissão de Implantação que tomaram a decisão de concluir todos os trabalhos de implantação a cargo dos serviços centrais, 24 horas antes da abertura da Festa, guardando as últimas horas apenas para acabamentos e limpezas. Sem dúvida, um excelente exemplo de esforço e organização a indicar um caminho e a apontar uma meta que por certo será seguida por todas as Direcções Regionais e sectores. Vamos todos trabalhar para que em 1982, a Festa do «Avante!» seja ainda melhor e mais bela!

Rádio Paz A alegria de comunicar — uma atracção da Festa

A Festa do «Avante!» e em muitos e variados — dizem-nos e com justificada razão. Leiam o que têm para nos dizer os camaradas com quem estabelecemos uma breve conversa a este respeito e vejam se assim não é.

«magia» chamada rádio? São muitos e variados — dizem-nos e com justificada razão. Leiam o que têm para nos dizer os camaradas com quem estabelecemos uma breve conversa a este respeito e vejam se assim não é.

«Este ano, quando o Partido



Mas que esperam para comprar a EP?!

... Temos pouco tempo, por exemplo, para vender as EPs, para recolhermos... Este alerta vem da 5.ª Zona do Comité Local de Lisboa (CLL) do PCP num boletim informativo; mais um que se junta à multidão de apelos, incentivos e alertas das (quase) inumeráveis organizações do Partido em relação aos problemas que a Festa coloca.

a Festa cresce todos os anos e a venda de ingressos sobre, sobre, sobre que é um prazer contá-los. A questão é bem outra — e também já muito explicadinha no nosso «Avante!». Prende-se com a necessidade de realizar dinheiro num curto espaço de tempo — exactamente o que antecede a abertura dos portões do Alto da Ajuda, ergue as estruturas e acarreta cá uma destas despesas...!!! E por isso. Como sabem. Então que esperam para comprar a EP? É evidente que podem contar com a hora da entrada — suportarão as bichas de portão mas enfim, tudo se arranja... todavia já sabem que

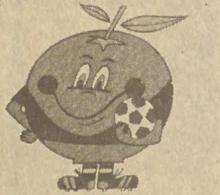
é importante para a Festa realizar dinheiro antes da abertura; as despesas são mais que muitas e os amigos compreendem: as EPs são mesmo a fonte de receitas que ergue a Festa — para além do trabalho indispensável da imensa multidão que voluntariamente se desloca ao Alto da Ajuda para pôr aquele gigante a andar! Comprar a EP antes da abertura é contribuir para a Festa, é também ergue-la um pouquinho... Até ao dia 2 de Julho (quando tudo começa!) é válido o que dizemos. Portanto... que esperam para comprar a EP?

Atenção Porto!

Atenção habitantes da Cidade Invicta! O Comité Local do Porto do PCP organiza um comboio com partida às 02.00 horas do dia 3 de Julho da estação de S. Bento para Lisboa. O regresso está marcado para às 22.00 do dia 4 em Santa Apolónia, em Lisboa, sendo o preço de tudo isto qualquer coisa como 810\$00 (oitocentos e dez escudos, ida e volta evidentemente). Mas olhai: as crianças até aos seis anos não pagam. As inscrições podem ser feitas no Centro de Trabalho da Aníbal Cunha; entretanto avizete-se igualmente que estão a ser organizadas diversas camionetas com partidas dos diferentes Concelhos e Organizações de Freguesia, podendo as inscrições ser feitas nos respectivos Centros de Trabalho do Partido. Força, Porto! Contamos connosco, como sempre... Até à Festa, camaradas!!!

Concelhos do norte do distrito de Leiria

No próximo dia 3 de Julho, no stand dos concelhos do norte do distrito de Leiria (Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera e Pedregão Grande), na Festa do «Avante!», decorrerá uma reunião de naturais daqueles concelhos mas que aí não residem. Tema do encontro: eleições autárquicas.



Jogos do Mundial em ecrãs gigantes

Uma das novas atracções deste ano da Festa do «Avante!» será o Videoteatro, com capacidade para algumas centenas de pessoas e que está localizado junto à Cidade do Desporto. Entre outros espectáculos, serão transmitidos no Videoteatro, em directo, nos seus dois ecrãs gigantes e em vários aparelhos de televisão (tudo a cores!), os jogos do Campeonato do Mundo de futebol que a TV transmitir nos dias da Festa.

Internacional

Libano

Israel e Estados Unidos mostram o jogo

...Enquanto em Nova York a Assembleia Geral da ONU está a examinar os problemas do desarmamento e da paz, o território do Libano, um dos seus países membros, é objecto de uma selvática invasão que já provocou dezenas de milhares de vítimas, enorme destruição e inenarráveis sofrimentos à população civil. Enquanto a Assembleia está a debater as medidas que poderiam ser adoptadas para travar a guerra, deter a corrida aos armamentos e favorecer o desarmamento, as tropas de Israel levam a cabo a mais feroz e repugnante agressão contra a Palestina e o povo libanês empregando para tal os meios e recursos militares de uma avançada tecnologia que os agressores obtiveram pela íntima colaboração com os imperialistas norte-americanos (...)

A mensagem do presidente cubano Fidel Castro, na sua qualidade de presidente do Movimento dos Países Não-Alinhados, ao presidente da Assembleia Geral da ONU, bem como outras de idêntico teor ao Conselho de Segurança, ao secretário-geral da ONU e aos chefes de Estado ou Governo membros do Movimento dos Não-Alinhados, constitui mais um alerta para a gravidade da situação que se vive no Libano e uma vigorosa exigência de tomada de medidas concretas da comunidade internacional que ponham termo à política sionista de Israel.

Uma política que está a ser levada a cabo com o total apoio dos Estados Unidos, como foi mais uma vez confirmado pelo veto norte-americano à resolução da ONU que condenava a agressão e exortava a uma retirada imediata e incondicional das tropas israelitas do Libano. Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Uma "solução" que passa pela imposição de um plano conjunto americano-israelita que visa, entre outras medidas a criação de um novo governo no Libano "dócil" a Washington, a criação de uma zona desmilitarizada (ou militarizada pelos Estados Unidos?) de 45 quilómetros ao sul do país e a expulsão das tropas sírias e da Organização de Libertação da Palestina (OLP) de território libanês.

É nesta "solução" que trabalha afanosamente o enviado norte-americano Philip Habib, que ainda na semana passada se avisou de novo com o presidente libanês Elias Sarkis a quem pretende convencer a assinar com Israel um novo "acordo de Campo David". Dispostos a aceitar semelhante plano e a participar no tal governo que lhe daria cumprimento estão os dirigentes das milícias fascistas libaneses, aliadas de Israel. Os seus próximos não chegam no entanto aos estratos da administração Reagan que, preocupados como de costume com as aparências de democracia, pretendem conseguir o apoio de um leque suficiente de "representantes" que dê garantias de "estabilidade" ao governo que querem lorjar.

Ponto assente para Washington, segundo as afirmações do secretário de Estado Alexander Haig, após uma entrevista com Menahem Begin, é que os Estados Unidos não estão interessados em que o Libano "regresse à situação anterior" à ocupação israelita. E para que não haja dúvidas, Haig fez questão de afirmar que o seu país "não adoptará sanções" contra Israel, desde que as autoridades sionistas tenham utilizado o material bélico americano de que dispõem devido à sua "noção de autodefesa".

E como os "noções" de Israel e dos EUA são particularmente coincidentes, "especialistas militares" norte-americanos seguirão para Tel-Aviv com a missão de analisar o material bélico capturado no Libano e "estudar os resultados das armas de fabrico norte-americano utilizadas pelas tropas de Israel". A notícia foi dada pelo jornal israelita "Maariv". Perfeitamente insuspeita, portanto.

Enquanto isso, os palestinianos e os progressistas libaneses, assim reduzidos à categoria de cobaias, continuam a morrer. Segundo Yasser Arafat, presidente do comité executivo da OLP, de acordo com as primeiras estimativas a agressão sionista provocou desde dia 8 30 mil mortos e feridos, 10 mil desaparecidos e mais de 800 mil deslocados.

E continua a agressão, estendendo-se agora já para o norte do Libano com forças sionistas, helicópteros e a daminar a montanha de Dahr Kadib, a 60 quilómetros a nordeste da capital libanesa.

Impossível ficar indiferente a semelhante genocídio. Como impossível também é não lamentar profundamente que Mário Soares, secretário-geral do PS, tenha sido convidado pela Internacional Socialista para se deslocar a Israel e ao Libano para "estudar a situação" dada, entre outras razões, a sua aceitação pelo Partido Trabalhista de Israel, um partido que considera "legítima" a agressão sionista.

Um partido que, segundo o líder austríaco Bruno Kreisky, deveria ser expulso da Internacional Socialista.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Uma política que está a ser levada a cabo com o total apoio dos Estados Unidos, como foi mais uma vez confirmado pelo veto norte-americano à resolução da ONU que condenava a agressão e exortava a uma retirada imediata e incondicional das tropas israelitas do Libano. Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Uma política que está a ser levada a cabo com o total apoio dos Estados Unidos, como foi mais uma vez confirmado pelo veto norte-americano à resolução da ONU que condenava a agressão e exortava a uma retirada imediata e incondicional das tropas israelitas do Libano. Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Uma política que está a ser levada a cabo com o total apoio dos Estados Unidos, como foi mais uma vez confirmado pelo veto norte-americano à resolução da ONU que condenava a agressão e exortava a uma retirada imediata e incondicional das tropas israelitas do Libano. Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Uma política que está a ser levada a cabo com o total apoio dos Estados Unidos, como foi mais uma vez confirmado pelo veto norte-americano à resolução da ONU que condenava a agressão e exortava a uma retirada imediata e incondicional das tropas israelitas do Libano. Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Uma política que está a ser levada a cabo com o total apoio dos Estados Unidos, como foi mais uma vez confirmado pelo veto norte-americano à resolução da ONU que condenava a agressão e exortava a uma retirada imediata e incondicional das tropas israelitas do Libano. Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Uma política que está a ser levada a cabo com o total apoio dos Estados Unidos, como foi mais uma vez confirmado pelo veto norte-americano à resolução da ONU que condenava a agressão e exortava a uma retirada imediata e incondicional das tropas israelitas do Libano. Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Uma política que está a ser levada a cabo com o total apoio dos Estados Unidos, como foi mais uma vez confirmado pelo veto norte-americano à resolução da ONU que condenava a agressão e exortava a uma retirada imediata e incondicional das tropas israelitas do Libano. Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Uma política que está a ser levada a cabo com o total apoio dos Estados Unidos, como foi mais uma vez confirmado pelo veto norte-americano à resolução da ONU que condenava a agressão e exortava a uma retirada imediata e incondicional das tropas israelitas do Libano. Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Uma política que está a ser levada a cabo com o total apoio dos Estados Unidos, como foi mais uma vez confirmado pelo veto norte-americano à resolução da ONU que condenava a agressão e exortava a uma retirada imediata e incondicional das tropas israelitas do Libano. Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Uma política que está a ser levada a cabo com o total apoio dos Estados Unidos, como foi mais uma vez confirmado pelo veto norte-americano à resolução da ONU que condenava a agressão e exortava a uma retirada imediata e incondicional das tropas israelitas do Libano. Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Kampuchea

Reunião em Singapura contra o povo khmer

Ingerência constitui neste momento um traço dominante, uma marca característica da política do imperialismo. No Libano. Na América Latina. Em pleno coração do socialismo, na Europa. No exemplo que agora avançamos trata-se da Ásia. Ou mais concretamente da península da Indochina, no Kampuchea, uma zona do mundo onde a batalha pela liberdade e contra o domínio de Washington teve um preço particularmente elevado, mas foi, simultaneamente, um exemplo para todos os povos, de como é possível, mesmo nas mais difíceis condições, vencer as armas com que o capital intenta impor o seu domínio.

Foi uma lição para os povos. Talvez também para a Casa Branca. Uma lição que Washington quer agora apagar. Também tentando recuperar aqui as posições definitivamente perdidas.

Encerrou-se em Singapura, nestes dias de Junho, uma reunião patrocinada pelos Estados Unidos e pelo governo da China, dos países que integram a ASEAN (organização criada pelos Estados Unidos), a Malásia, a Tailândia, a Indonésia, as Filipinas e Singapura. Nessa reunião foi decidida a unificação de três grupos contra-revolucionários do Kampuchea, agindo fundamentalmente no exterior — concretamente: os elementos dos bandos de Pol Pot — Ieng Sari, os grupos emigrantes pró-ocidentais do antigo príncipe Sihanouk e do ex-primeiro-ministro Son Sann. Esta unificação de grupos passa pela formação de um preténso "governo de coligação no exílio", que ficaria instalado em Singapura.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.



Uma verdade indesejável — a vida voltou ao Kampuchea. Uma verdadeira alegria de viver e construir que nenhuma pretensão do imperialismo poderá sufocar

Abriu-se a voz pública aos fantoches. O ex-príncipe Sihanouk saiu à cena para afirmar a sua concordância com a realização de uma cimeira em qualquer país. Segue-se a visita de Son Sann a algumas capitais dos países da ASEAN. Temos pouco depois a visita de Bush, vice-presidente dos EUA, a Singapura e à China. Na sua intervenção em Singapura, Bush retoma o velho tema da "ameaça comunista" e da necessidade de lhe fazer frente com mais armas e afirma que os EUA "continuarão a seguir a ASEAN" no que respeita ao "problema kampucheano". A partir daí intensificou-se a actividade para a constituição do tal governo fantoche no exílio. Multiplicaram-se esforços, com algumas dificuldades embora. Por exemplo: a Malásia tinha anunciado a revisão da sua posição em relação à representação polipartidária na ONU; também na Tailândia são cada vez mais amplos os sectores que se pronunciam contra uma política de confrontação com os países da península da Indochina.

Os factos indicam que nestes últimos meses muito se fez para se construir, peça por peça, uma organização artificial, feita de fora, não só alheia, como oposta aos interesses do povo khmer, e que manifestamente a reacção local não tinha capacidade de organizar por si. Em

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Diego Garcia

Maurícias põem em causa política militarista no Índico

No dia 11 de Junho realizaram-se eleições gerais nas ilhas Maurícias. Um acto normal em qualquer sistema de democracia política e que passou praticamente despercebido. No entanto estas eleições gerais nas pequenas ilhas do Oceano Índico podem vir a ter importantes repercussões, mesmo a nível internacional.

A coligação vitoriosa, que reúne o Movimento Militante Mauriciano (MMM) e o Partido Socialista Mauriciano (PSM), duas organizações de esquerda, ganhou o processo eleitoral, sob o lema "Por um socialismo mauriciano". E ainda que a linha ideológica defendida pela coligação possa não ser muito clara ou de certo modo heterogénea, dois traços fundamentais do programa apresentado apontam para profundas alterações políticas que podem vir a ter também reflexos na batalha pela criação de uma zona de paz no Oceano Índico. São eles o programa de nacionalizações e a elaboração de uma política externa neutral, que passa pela exigência de devolução da Diego-Garcia.

O que é a Diego Garcia? A pequena ilha de Diego Garcia foi arrendada à força à soberania política das Maurícias, a que pertence, para ser transformada numa base militar americana, uma espécie de porta-aviões dos EUA no Oceano Índico.

Em 1976 foi ali construída uma pista de aterragem para bombardeiros B-52 e aviões de transporte de grande raio de acção. O porto foi preparado para poder receber todo o género de navios de guerra, submarinos e porta-aviões. Em Outubro de 1980, o jornal norte-americano "Washington Post" afirmava que o Presidente Carter tinha dado instruções secretas para a colocação em Diego Garcia de 19 bombas nucleares prontas a ser utilizadas e que deveriam ser transportadas por B-52. No orçamento de 1981 o Congresso norte-americano aprovou a atribuição de 175 milhões de dólares para o alargamento e reforço da base, a somar aos bilhões de dólares que têm sido gastos com as instalações da base.

Os interesses em jogo. Que objectivos "vitalis" para os Estados Unidos visam as armas instaladas em Diego Garcia? Em primeiro lugar a política independente ou os regimes progressistas da zona — a Índia, a Etiópia, a República Popular Democrática do Yemen, Madagáscar, e agora também particularmente as ilhas Maurícias.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.

Como se assinala num documento divulgado pelo Conselho Mundial da Paz a propósito do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Libano, no passado dia 15, os Estados Unidos utilizam Israel, no âmbito da chamada "cooperação estratégica" americano-israelita, como "solução" para o problema do povo árabe da Palestina e do Libano, através da força militar, para alcançar os seus interesses imperialistas.



Entre as bases norte-americanas no Índico, a de Diego Garcia destaca-se pela sua importância

países interessados e em particular conversações com o mesmo objectivo entre a União Soviética e os Estados Unidos, assim como contactos entre os países do litoral e do interior de toda a zona do Índico, têm vindo sistematicamente a ser sabota-

das pelo imperialismo que antes vem intensificando a sua presença militar na zona. A mesma resposta — a única resposta que o imperialismo parece saber dar — a todas as iniciativas visando a paz, a todos os problemas pendentes.

Pequenas notícias

Guiné-Bissau e Cabo Verde reatam relações

A Guiné-Bissau e Cabo Verde, por intermédio dos respectivos presidentes, Bernardo Vieira e Aristides Pereira, decidiram estabelecer relações diplomáticas a nível de embaixada entre os dois países, após o encontro realizado na passada quinta-feira em Maputo.

O encontro, realizado com o objectivo de normalizar as relações entre os